

25 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministra do STF diz que imprensa não pode ser cerceada

Cármen Lúcia fez referência a ações coordenadas de juízes do Paraná contra jornalistas da 'Gazeta do Povo'

Próxima presidente do Supremo, a partir de setembro, ela deu palestra no congresso da Abraji, em São Paulo

DE SÃO PAULO

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Cármen Lúcia afirmou nesta sexta-feira (24), em referência às 48 ações coordenadas de juízes paranaenses contra jornalistas da "Gazeta do Povo", que "o dever da imprensa não pode ser cerceado de maneira nenhuma".

Sobre o caso, sublinhou ainda que os juízes envolvidos, nesse caso, "são parte", não mais magistrados.

A gravidade do caso se dá, segundo a magistrada, no fato de as ações "tentarem criar um direito à privacidade no espaço público" —já que os dados salariais publicados pela equipe do jornal são públicos.

As declarações foram dadas durante sua palestra sobre liberdade de imprensa e expressão no Judiciário, no segundo dia do 11º congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), que acontece na Universidade Anhembi Morum-

bi, em São Paulo.

Lúcia foi relatora da ação que considerou inconstitucional exigir autorização de biografados, parentes ou representantes para a publicação de biografias. Ela assume a presidência do STF em setembro.

A ministra iniciou seu pronunciamento lembrando ser de uma "geração amordaçada por ditadura" e defendendo "o respeito à palavra".

Lembrou que "a democracia é um regime em formação permanente" e, no Brasil, enfrenta neste momento "muitos percalços".

A ministra questionou a intolerância que hoje prevalece no país e no mundo, destacou que todos "temos o direito de ser diferentes" e defendeu o jornalismo como uma ferramenta para superar essa situação.

"A democracia é impossível sem a imprensa", declarou, citando versos de Carlos Drummond de Andrade, sobre o "tempo de homens partidos", em que "as leis não bastam".

Cármen Lúcia comentou também as conversas gravadas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Numa delas, Machado afirmou que, com ela na presidência do STF, a relação com

o tribunal seria "pior ainda". "Aparentemente não gostam muito de mim", riu.

Ainda em referência às gravações do delator, a ministra disse que não influenciariam suas decisões. "Nestes dez anos de Supremo, ninguém nunca teve a petulância [de tentar abordá-la], até porque a resposta não seria fácil de ouvir."

Nas gravações de Machado com a cúpula do PMDB, são citadas supostas conversas com ministros do STF para ajudar envolvidos e possíveis citados na Lava Jato.

REPORTAGEM

Em outro debate, os dirigentes das três principais Redações de jornal do país defenderam a reportagem como coluna dorsal da imprensa.

"Por que as pessoas vão aos jornais? Porque temos repórteres", afirmou Sérgio Dávila, editor-executivo da **Folha**, citando a procura por informações sobre a Lava Jato.

"Nas Redações está a única esperança dos jornais de sobreviver", disse Ascânio Seleme, diretor de Redação do jornal "O Globo". João Caminoto, diretor de "O Estado de S. Paulo", afirmou que "a reportagem, a profundidade, ganhou força" com as plataformas multimídia.

25 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juiz de braço da Lava Jato em SP é discreto

Aos 38 anos, Paulo Bueno de Azevedo foi o responsável pela Operação Custo Brasil, que prendeu ex-ministro

Admirador de juizes da Itália, ele foi orientado em seu doutorado pela advogada autora de pedido de impeachment

WÁLTER NUNES
DE SÃO PAULO

Na época em que o juiz federal Paulo Bueno de Azevedo recebeu a notícia de que seria responsável por um processo oriundo da Operação Lava Jato, no ano passado, ele estava terminando a leitura de "Irmãos Karamazov", do russo Fiódor Dostoiévski. A trama se desenvolve durante um processo criminal e é permeada pela dúvida de um erro judiciário.

"São magistrais os discursos da acusação e da defesa." Difícil saber se o juiz apenas analisava a obra de ficção ou já projetava os desafios que viriam pela frente.

Aos 38 anos, Azevedo é, desde 2015, juiz na 6ª Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo. Sob sua responsabilidade estão duas centenas de ações de crimes financeiros.

Em setembro, graças à decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou o fatiamento da Lava Jato, a investigação sobre desvios no Ministério do Planejamento veio parar na sua mesa.

Logo de cara soltou o principal alvo da investigação, Alexandre Romano. Houve quem sentisse cheiro de pizza no ar. Pois Romano, mesmo solto, detalhou as negociações no ministério e na quinta-feira (23) Azevedo mandou pren-

der 11 pessoas, entre elas o ex-ministro Paulo Bernardo (PT). A decisão foi considerada dura por advogados.

Como a carreira no tribunal ainda é curta, até quinta ninguém dos seus pares arriscava traçar seu perfil como julgador, se seria rígido contra os investigados ou seguiria uma linha mais garantista. A personalidade recatada não dava pistas.

Os colegas definem Azevedo ora com o adjetivo reservado, noutra momento o classificam como discreto. Ele próprio se diz tímido. As poucas frases desta reportagem são da única e breve entrevista que deu em toda a carreira. "Não sou de falar muito. Acho que essa pode ser a minha primeira e penúltima entrevista. A última será no final desse processo", brincou.

ORIENTADORA NA USP

Azevedo trabalhou durante sete anos na Advocacia-Geral da União. Em 2008, passou no concurso da Justiça Federal e foi para Jaú (SP).

A cadeira que hoje ocupa já foi de Fausto De Sanctis, célebre por operações como a Satiagraha e Castelo de Areia.

Essas ações, porém, acabaram anuladas nos tribunais superiores com a alegação de irregularidades na investigação. Azevedo evita comparações. Diz apenas que vai se precaver observando o amplo direito de defesa.

Assim como Sergio Moro, Azevedo tem especial interesse pelo combate à corrupção na Itália. Na sua mesa repousa o livro do juiz italiano Giovanni Falcone, que combateu a máfia e foi assassinado.

Começou o doutorado em Direito Penal na USP, onde tem como orientadora Janaína Paschoal, autora do documento do pedido de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. Azevedo afirma que nunca teve militância política ou partidária.

O juiz leva uma vida regrada. "Acordo cedo, entre seis e sete da manhã. Apesar que nesses últimos meses tenho acordado antes, lá pelas quatro". Engana-se quem acha que são os processos que o tiram da cama na madrugada. Há alguns meses sua filha de três anos ganhou a companhia de bebês trigêmeos.

25 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Zavascki envia denúncia contra Lula à Justiça do DF

Medida evita que caso envolvendo o ex-presidente fique com Sergio Moro

Petista é suspeito de envolvimento em trama para evitar que Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, delatasse

MÁRCIO FALCÃO
AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki decidiu nesta sexta-feira (24) enviar à Justiça do Distrito Federal a denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sob acusação de envolvimento numa trama para comprar o silêncio de Nestor Cerveró e evitar que o ex-diretor da Petrobras fechasse delação premiada com a Lava Jato.

A decisão contraria a posição do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que defendeu que o caso ficasse com o juiz Sergio Moro.

Teori entendeu que o caso é de responsabilidade da Justiça do DF porque a tentativa do crime teria sido praticada em preponderância na capital federal, mesmo tendo fatos no Rio e em São Paulo.

O ministro cita, por exemplo, que o fato-chave do caso ocorreu em Brasília, onde o

ex-senador Delcídio do Amaral (ex-PT-MS) foi gravado em conversa oferecendo auxílio financeiro para evitar a colaboração de Cerveró.

Segundo Teori, o STF já fixou que casos sem conexão direta com o petróleo não devem ficar a cargo da Justiça do Paraná. Na semana passada, o ministro enviou a Curitiba a maior parte das investigações contra Lula, como os casos do triplex em Guarujá e o sítio de Atibaia (SP).

Também são alvos da denúncia Delcídio e seu ex-assessor Diogo Ferreira, o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo de Lula, e seu filho Maurício, o banqueiro André Esteves e Edson Ribeiro, ex-advogado de Cerveró.

Segundo as investigações, a ideia da trama seria evitar que eles fossem delatados pelo ex-diretor da estatal. Para a Procuradoria, eles teriam atuado para comprar o silêncio de Cerveró por R\$ 250 mil.

A acusação tramitava no Supremo porque Delcídio tinha foro privilegiado, que foi perdido após ele ser cassado.

O ex-senador se tornou delator e implicou parlamentares governistas e da oposição no esquema.

A Procuradoria afirmou ao STF que Lula "impediu e ou embarçou investigação criminal que envolve organização criminosa, ocupando papel central, determinando e dirigindo a atividade criminosa praticada por Delcídio do Amaral, André Santos Esteves, Edson de Siqueira Ribeiro, Diogo Ferreira Rodrigues, José Carlos Bumlai, e Maurício de Barros Bumlai", e pede a condenação de todos por obstrução da Justiça.

Em depoimento à Procuradoria, Lula disse que jamais discutiu com Delcídio tentativa de obstruir a delação de Cerveró. A defesa de Bumlai tem negado acusações. A defesa de André Esteves declarou que ele não cometeu nenhuma irregularidade.

25 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Dono da UTC é condenado a oito anos por corrupção

Apesar da sentença, Pessoa não vai para a cadeia por ter virado delator

Em alegações finais escritas de próprio punho, empreiteiro afirma que tenta 'colocar coisas no lugar'

ESTELITA HASS CARAZZAS
DE CURITIBA

Investigado na Operação Lava Jato, o empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, foi condenado nesta quinta-feira (23) a 8 anos e 2 meses de prisão pelos crimes de corrupção ativa e participação em organização criminosa por pagar propinas em obras da Petrobras.

Mas, para o delator, o veredicto é parte de “uma nova história, um novo capítulo”.

“Com muita obstinação, Ricardo Pessoa está tentando colocar as coisas no lugar”, escreveu em janeiro ao juiz Sergio Moro, em memorial de alegações finais que fez “de próprio punho”.

Pessoa, 64, foi o único condenado na ação julgada nesta quinta, que tratava do pagamento de propina pela UTC em obras como a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, o Comperj, no Rio de Janeiro, e a Refinaria Getúlio Vargas, no Paraná.

A empresa pagou R\$ 38 milhões em propina a agentes da Petrobras pelos contratos, “um valor muito expressivo”, afirmou Moro na sentença.

Mas ele foi também um dos primeiros empresários presos na Operação Lava Jato que resolveu fazer um acordo de delação premiada —o que diminuiu a pena e evitará sua prisão, mesmo com a sentença condenatória.

Segundo a delação de Pessoa, que veio a público em junho do ano passado, o empreiteiro doou R\$ 7,5 milhões à campanha de Dilma Rousseff pressionado pelo então tesoureiro Edinho Silva. Silva, ex-ministro de Dilma, nega as afirmações.

Segundo ele, a opção pela delação foi definida no Natal de 2014, um mês após sua prisão. “A cadeia é algo indescritível. Só quem viveu, cheirou, sentiu, pode saber o que é”, escreveu a Moro.

Na época apontado como líder do “clube” de empresas que dirigia as licitações da Petrobras, Pessoa forneceu anotações pessoais, franqueou acesso a pagamentos da UTC e prestou dezenas de depoimentos aos investigadores.

“A solidão faz os pensamentos alcançarem os lugares mais profundos. Neste caso, provocou mudanças intensas”, disse o empresário sobre a decisão, que chamou de “libertação”.

Foram “provas relevantíssimas”, segundo afirmou o próprio juiz Sergio Moro na sentença, que ajudaram a descobrir “um grande esque-

ma criminoso”.

O juiz ainda o absolve da pecha de líder, dizendo “não entender” que Pessoa dirigia a ação dos demais executivos envolvidos no esquema de corrupção na estatal.

SENTENÇA

Moro concluiu que ele participou de acordos de propina em nome da UTC e destacou que o próprio réu admitiu que fez pagamentos escusos por anos, mesmo em 2014, após a prisão do doleiro Alberto Youssef —um dos principais operadores do esquema.

O engenheiro pediu desculpas no processo. “Ricardo Pessoa não gostava de viver da forma como a sua engrenagem funcionava anteriormente. Mudou”, escreveu.

Apesar da sentença, seu acordo com a Justiça prevê que ele fique em regime aberto diferenciado, com uso de tornozeleira, até novembro de 2017.

O tempo de prisão foi cumprido entre 2014 e 2015: foram 167 dias na cadeia.

Pessoa também irá devolver R\$ 51 milhões, como multa, aos cofres públicos.

Os outros três réus foram absolvidos no processo. São eles: o doleiro Alberto Youssef, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o empresário Márcio Bonilho, da Sanko Sider, que intermediava o pagamento de propina.

CONTINUA

25 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

No caso dos dois primeiros, houve extinção do processo, já que foram condenados pelos mesmos fatos em outras ações. Bonilho foi absolvido por ausência de provas.

VIDA PÓS-DELAÇÃO

A defesa de Pessoa afirmou que ele “está dedicado a reconstruir a sua empresa e a cumprir o acordo de colaboração”. E que a obstinação que o conduziu na era pré-Lava Jato, levando a UTC a ser uma das maiores do país, hoje o move a acertar as contas com o passado.

O executivo voltou a trabalhar na empreiteira. Diz ter implantado “um rígido sistema de compliance [cumprimento de normas]” e revisto “todos os procedimentos”.

A UTC era uma das maiores construtoras do país. Participou da montagem de hidrelétricas como Itaipu e Tucuruí, construiu plataformas de petróleo e aeroportos.

Após a investigação, passou de 35 mil funcionários para 12 mil, segundo Pessoa. De um prédio inteiro, reduziu-se a “um andar e meio”.

“Erros foram cometidos, mas a tradição e excelência do grupo não podem ser julgados pelas opções erradas que fez o denunciado no passado”, escreveu ele.

O executivo ainda responde pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em outra ação penal na Justiça.

CONTINUA

25 JUN 2016

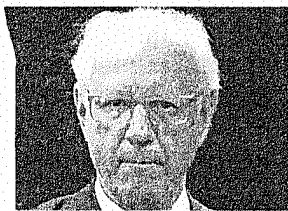
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Empreiteiros condenados

Ricardo Pessoa, da UTC, recebeu a menor pena até agora

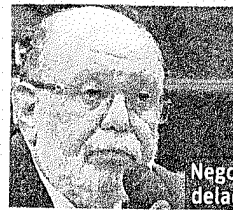
 Pena



Gerson de Mello Almada
Dono da Engevix

Tempo em regime fechado: 166 dias

34 anos e 6 meses



Léo Pinheiro
Ex-presidente e sócio da OAS

Tempo em regime fechado: 166 dias

16 anos e 4 meses



Marcelo Bahia Odebrecht
Ex-presidente do Grupo Odebrecht

Tempo em regime fechado: 372 dias até hoje

19 anos e 4 meses



Dalton dos Santos Avancini
Ex-presidente da Camargo Corrêa

Tempo em regime fechado: 136 dias

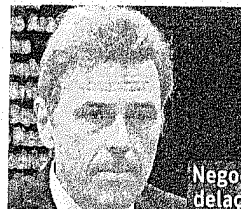
15 anos e 10 meses



Sérgio Cunha Mendes
Ex-vice-presidente da Mendes Junior

Tempo em regime fechado: 165 dias

19 anos e 4 meses



Dario de Queiroz Galvão Filho
Diretor-presidente do Grupo Galvão

Tempo em regime fechado: 40 dias

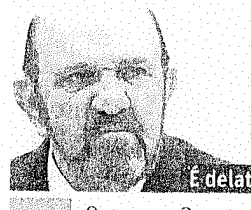
13 anos e 2 meses



Augusto Ribeiro de Mendonça Neto
Dono da Setal

Tempo em regime fechado: Não foi preso

16 anos e 8 meses



Ricardo Pessoa
Dono da UTC Engenharia e da Constran

Tempo em regime fechado: 166 dias

8 anos e 2 meses

25 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Busca na casa de ex-ministro foi legal, diz procurador

De Grandis defendeu ação contra Bernardo

O procurador Rodrigo De Grandis negou nesta sexta-feira (24) que a operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal no apartamento funcional da senadora Gleisi Hoffmann tenha sido ilegal, como defende o Senado.

A PF entrou no local nesta quinta (23) durante a operação Custo Brasil, que prendeu o ex-ministro Paulo Bernardo, marido de Gleisi, que também mora no apartamento.

Segundo o procurador, as buscas se restringiram a itens relacionados a Bernardo e não tiveram como objetivo investigar a senadora, que tem foro privilegiado.

“O Ministério Público executou a ação de acordo com a Constituição e a lei. A medida recaiu exclusivamente sobre o ex-ministro Paulo Bernardo e documentos pertinentes a ele. O fato de o ex-ministro Paulo Bernardo ser casado com a senadora não confere a ele mesmo foro”, afirmou De Grandis.

Ex-tesoureiro do PT se entrega à Justiça Federal em São Paulo

DE SÃO PAULO - O ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira se entregou nesta sexta-feira (24) à Justiça Federal em São Paulo, de acordo com o Ministério Público Federal. Pela manhã, ele negou que estivesse foragido e disse que não havia sido localizado pela Polícia Federal na quinta (23), quando foi deflagrada a operação Custo Brasil.

“Quando a PF não localiza a pessoa ela não pode ser considerada foragida”, declarou.

Casado com a ex-ministra Tereza Campello, Ferreira deixou há três dias o apartamento funcional que o casal ocupava em Brasília. Eles tiveram que se mudar após afastamento de Dilma Rousseff da Presidência.

Na quinta, a PF o buscou em endereço antigo e na sede do PT. Ele é suspeito de participar de suposto esquema de desvio de dinheiro no Ministério do Planejamento.

26 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Discussão sobre mídia encerra encontro da Abraji

Para jornalista americano Bob Garfield,
cobertura no Brasil é 'complicada demais'

Jornalista voltado a acompanhar a própria mídia, o americano Bob Garfield encerrou o 11º Congresso da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) neste sábado (25) dizendo que, após sete dias no Brasil fazendo entrevistas e acompanhando a cobertura nacional, concluiu que ela é "complicada demais" ("so fucking complicated").

"Eu vim com algumas noções pré-concebidas, com um pouco de informação", afirmou ele, mas elas foram sendo questionadas a cada dia.

"O que me choca é que o trabalho de reportagem das grandes organizações de mídia algumas vezes parece cair em posições estritamente ideológicas. E algumas vezes é independente a ponto de tirar o fôlego, isso das mesmas organizações de mídia."

Co-apresentador do programa "On the Media", na cadeia americana NPR (National Public Radio), ele disse que vai voltar e entregar algumas reportagens, citando, por exemplo, o "trabalho corajoso" de jovens jornalistas em favelas.

Pela manhã, o evento teve um debate sobre "como conquistar o leitor da geração Milênio". Os jornalistas participantes concordaram que os veículos devem apresentar a novos usuários o jornalismo no que ele tem de essencial, como a profundidade e o rigor técnico.

"Na hora em que atinge o leitor jovem, você tem que mostrar que é a **Folha**", afirmou Vinicius Mota, secretário de Redação do jornal, citando valores como ouvir o outro lado.

Manuela Barem, editora-chefe do site "BuzzFeed Brasil", que lançou uma editoria de notícias há dois meses, afirmou que o jornalismo exige "bons profissionais, experientes" e que o projeto é de uma cobertura cada vez "mais aprofundada".

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR COMY

Grandeza e altura

RIO DE JANEIRO - Para um cronista, a falta de assunto não é o pior: muito assunto é mais letal. Pessoalmente, prefiro a falta de assunto, que me dá liberdade e imaginação. Excesso de assunto implica uma escolha nem sempre adequada.

É o caso de hoje. Prisão de um ex-ministro de Lula e Dilma, devassa na casa de uma senadora que lutou destemidamente pela inocência de Dilma, o começo do fim da União Europeia, cuja mecânica virá em cascata, acabando com a tentativa da criação dos Estados Unidos da Europa. Velhas disputas entre a França e a Inglaterra, que podem ser resumidas na preferência dos ingleses pelo rosbife e dos franceses pelo alho.

O Brasil também oferece assuntos em excesso. Além da corrupção, que parece não poupar ninguém, temos um superavit de estupros maior do que o superavit das finanças nacionais. A incerteza da Olimpíada pode construir uma imagem do Brasil cada vez pior. Contudo, não devemos nos desesperar. O presidente Costa e Silva deixou-nos um exemplo admirável.

Viajando de avião para a Europa, perguntou ao piloto onde estava naquele momento. O piloto respondeu que, três horas após a decolagem, estava sobrevoando o Ceará a 10 mil pés de altura.

O presidente, que hoje é nome de uma ponte, ficou admirado e confessou com entusiasmo: "Eu sabia que o Brasil era grande, mas não sabia que era tão alto."

Que o Brasil é grande todos nós sabemos. Tem dimensões continentais. Quanto à altura, fica mesmo por conta do ex-presidente que assinou o AI-5, que negou tanto a grandeza como a altura do Brasil.

A Lava Jato ameaça transformar o Brasil numa imensa jaula onde todos ficaremos presos e difamados. Mesmo assim, teremos o inefável consolo de usufruirmos, como companhia de cela, uma distinta senadora do PT que lutou bravamente contra o impeachment de dona Dilma.

26 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

GASPARI

SE A LAVA JATO NÃO PARAR,

PARARÁ O PAÍS

Desde quando a Lava Jato pegou o primeiro gato gordo das empreiteiras, a turma de desobediência civil tem argumentado que essa operação prejudica a economia do país, a tal “retomada do crescimento”.

Afinal, “com as finanças já arruinadas, com uma dívida pública que vai crescendo a passos agigantados, com as fontes de produção ameaçadas, é preciso que os representantes da nação sejam mais cautelosos.” Renan Calheiros? Eliseu Padilha? Não, Domingos Andrade Figueira no dia 9 de maio de 1888, quando a Câmara discutia o projeto de abolição da escravatura. Dias depois a lei foi aprovada, com o voto contrário de um senador e nove deputados. Um deles era o doutor Andrade Figueira.

Quem achou essa advertência foi a historiadora Keila Grinberg. Ela publicou-a num texto que pode ser encontrado no blog “Conversa de Historiadoras”, onde também está o texto da professora Hebe Mattos.

Em maio de 2015, o doutor Emílio Odebrecht escreveu o seguinte:

“A corrupção é problema grave e deve ser tratado com respeito à lei e aos princípios do Estado democrático de Direito, mas é fundamental que a energia da nação, particularmente das lideranças, das autoridades e dos meios de comunicação, seja canalizada para o debate do que precisamos fazer para mudar o país. Quem aqui vive quer olhar com otimismo para o futuro —que não podemos esquecer—, sem ficar digerindo o passado e o presente.”

A Odebrecht está negociando os termos de sua colaboração com a Lava Jato.

26 JUN 2016

PT DO PARANÁ

Velhos fundadores do PT vieram com uma ponta de satisfação o estouro da rede paranaense onde foi apanhado o ex-ministro Paulo Bernardo.

Para quem conhece a história do partido, em São Paulo o PT operava numa escala municipal, ora com empresas de ônibus no ABC, ora com lixo e molho de tomate na prefeitura de Ribeirão Preto, comandada por Antonio Palocci. Foi no Paraná que o comissariado conheceu, herdou e aperfeiçoou a máquina arrecadadora do deputado José Janene, compadre de Alberto Youssef e padrinho de alguns diretores da Petrobras.

O deputado André Vargas, preso desde abril de 2015, começou militando no PT de Londrina, o mesmo de Paulo Bernardo. Era conhecido como “Bocão”.

27 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

2 em 3 menores infratores não têm pai dentro de casa

Família e escola são principais freios à entrada de jovens no crime, diz promotor

Só 57% dos adolescentes que cometeram delito dizem estudar; 37% têm parentes com antecedentes na polícia

FABRÍCIO LOBEL
ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

Cansado de ver a mãe agredida pelo padrasto, o estudante Filipe Gomes, aos 12 anos, decidiu enfrentar um adulto violento. Puxou uma faca e disse que não aceitaria mais aquilo.

A tragédia de Filipe foi ver a mãe tomar o lado do marido. Foi o impulso que faltava para que fosse morar na rua, debaixo do viaduto do Chá, no centro da capital paulista.

Não demorou para ganhar más companhias e, na sequência, um novo abrigo: a Fundação Casa, após um assalto à mão armada.

Filho de uma família desestruturada, de baixa renda e baixa escolaridade, Filipe, hoje o MC Cafuzo, dá vida a números de um levantamento inédito do Ministério Público de São Paulo.

Segundo o relatório, dois em cada três jovens infratores vêm de famílias que não têm o pai dentro de casa.

O estudo leva em conta cerca de 1.500 jovens entre 12 e 18 anos que cometeram delitos na cidade de São Paulo entre 2014 e 2015.

Desse universo, 42% dos jovens, além de não viver com o pai, não tinham nenhum contato com ele.

Ainda segundo os dados, 37% dos jovens entrevistados têm parentes com antecedentes criminais, o que pode indicar uma influência negativa dentro da própria casa.

“Pela experiência, é possível dizer que uma família funcional e presente, seja qual for sua configuração, é o primeiro sistema de freios que um jovem terá sobre suas condutas”, diz o promotor Eduardo Del-Campo, que durante um ano catalogou casos de menores infratores.

AUSÊNCIA

“Vi meu pai duas vezes na vida. E é nítido quanto peso a ausência dele teve psicologicamente”, diz MC Cafuzo, hoje com 24 anos e pai de uma menina de dois.

Desde os seis anos de idade, ele e os dois irmãos mais velhos tomavam conta de casa, já que a mãe, auxiliar de enfermagem, fazia jornada dupla —além de trabalhar, estudava para ser enfermeira.

“Ela saía às 6h da manhã e voltava às 23h. Eu ia para a escola de manhã, voltava pra casa e tinha que cuidar das tarefas domésticas. No intervalo disso, a gente ia para a rua”, conta ele. Foi na rua onde teve o primeiro contato com o crime. Começou com furtos e logo estava no tráfico.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 JUN 2016

EDUCAÇÃO

Segundo o promotor, além da família, outro sistema de freio à entrada de crianças na atividade criminosa é a escola, que sofre com a evasão de alunos e é pouco atrativa.

De acordo com a pesquisa, apenas 57% dos adolescentes infratores estudam. “Mesmo que o jovem esteja na escola, é preciso entender também qual o grau de instrução que está tendo”, diz o promotor.

A falta de interesse foi citada por 38% dos jovens que abandonaram as aulas. Esse dado é confirmado pela experiência de Cafuzo.

“Fiz até a 8ª série [atual 9º ano]. Mas eu ia só para me-rendar, jogar bola, namorar e conversar com os amigos. A aula sempre foi muito desin-teressante para mim.”

Para Del-Campo, são neces-sárias políticas públicas para evitar que os jovens entrem no crime. “Educação, prática esportiva, aulas culturais, ca-da um desses elementos ser-ve como uma base de códigos para que o jovem saiba como se portar em sociedade.”

Cafuzo conta que seu “có-digo de conduta” só chegou com a descoberta do signifi-cado do rap, durante sua in-ternação na Fundação Casa.

“O rap foi o que me salvou, foi os meus livros de história. O rap me ensinou que o cri-me era a nossa realidade, mas a gente não poderia aceitar aquilo como a nossa única saída”, diz ele.

“Uma família funcional e presente, seja qual for sua configuração, é o primeiro sistema de freios que um jovem terá sobre suas condutas

EDUARDO DEL-CAMPO
promotor do Ministério Público de SP

CONTINUA

27 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO

Ausência de vínculos leva crianças ao crime, dizem especialistas

Forma como sociedade trata infrator é nociva e faz
com que ele cresça se vendo como inimigo

**Nos EUA, padrinhos
acompanham menores
que descumpriram
a lei para que se
sintam integrados**

Especialistas ouvidos pela **Folha** afirmam que a derrocada da vida de um adolescente —a ponto de levá-lo para o crime— começa quando, ainda criança, ele perde os vínculos positivos e passa a sofrer privação emocional.

Os vínculos positivos não precisam ser necessariamente com as figuras paterna e materna, mas eles são absolutamente necessários.

“Precisa haver esses vínculos. Seja com o pai, seja com a mãe, com o professor, amigo. Ou os vínculos serão feitos com indivíduos ligados à delinquência”, diz o professor Sérgio Kodato, coordenador do Observatório da Violência e Práticas Exemplares da USP Ribeirão Preto.

Ele elogia os programas existentes nos EUA que colocam uma espécie de padrinho para acompanhar menores infratores. “É um cara que vai levá-lo para casa, vai estabelecer um vínculo. Vai arrumar uma atividade ou um emprego, acompanhá-lo na escola.”

O professor de criminologia clínica da Faculdade de Direito da USP, Alvino Augusto de Sá, também considera nociva a forma como a sociedade —incluindo a Justiça— trata os infratores. “Todo mundo só o enxerga como inimigo, como bandido, e ele acaba necessariamente se enxergando como inimigo.” (FLERP)

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 JUN 2016

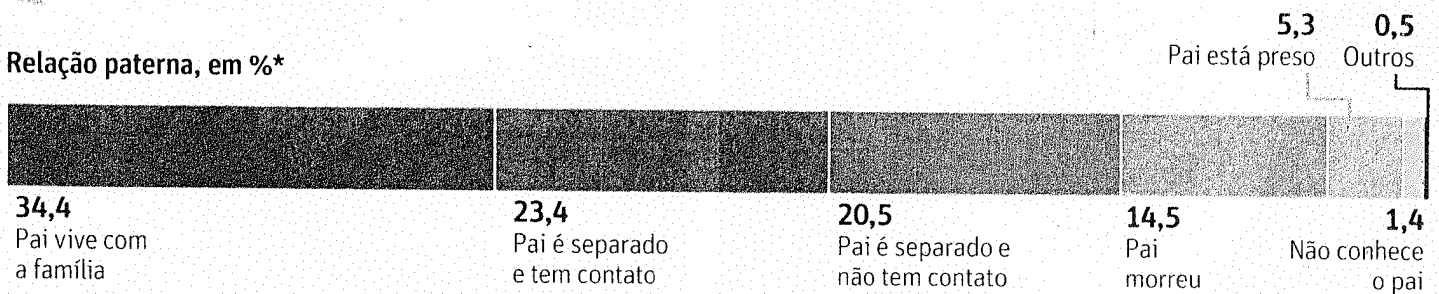
PERFIL DOS MENORES INFRATORES NA CAPITAL

Dois em cada três jovens de 12 a 18 anos que cometem crimes não têm o pai em casa

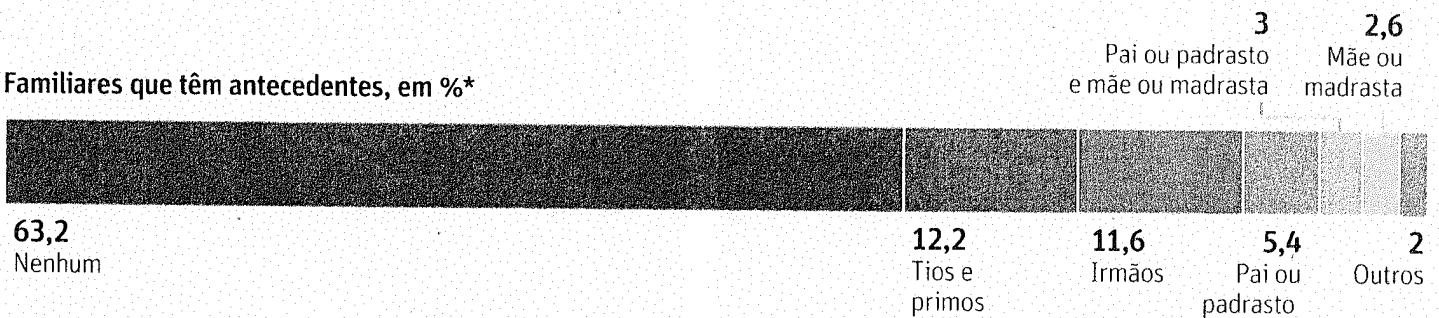


22 mil adolescentes sofrem processos de execução de medidas socioeducativas na cidade hoje

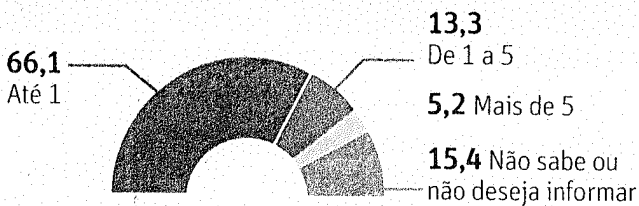
Relação paterna, em %*



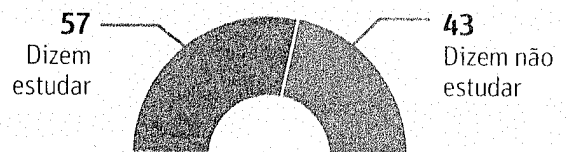
Familiares que têm antecedentes, em %*



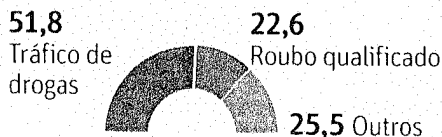
Renda familiar (salário mínimo), em %*



Educação, em %*



Crimes cometidos, em %**



Reincidência, em %**



Medidas aplicadas, em %**



*Levantamento feito com cerca de 1.500 adolescentes Fonte: Ministério Público de SP **Levantamento feito com: 10.127 adolescentes

27 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Cuidar das delações

Discussões legislativas sobre colaboração premiada visam antes a inibir investigações do que a aprimorar esse valioso mecanismo

Para sorte de todos os brasileiros que desejam um país melhor, a Operação Lava Jato alterou o paradigma de combate à corrupção.

Com o apoio da teoria dos jogos, embutida no sistema de delações premiadas, procuradores têm conseguindo revelar os meandros dos esquemas de propina. De forma inédita, condenam-se dirigentes de grandes empreiteiras, enquanto políticos de alta patente se tornam alvo de investigações.

Como seria de esperar, forças poderosas mostram-se dispostas a pôr freio nas operações. Atuam tanto nas sombras — onde, ao que parece, têm fracassado — quanto à luz do dia, por meio de projetos destinados a modificar as leis em vigor.

Se transações escusas merecem apenas a firme repulsa da sociedade, as iniciativas legislativas por vezes suscitam debates oportunos.

Discutem-se, em resumo, três pontos: fixar prazo de 45 dias para o delator apresentar provas documentais; proibir colaboração de quem estiver preso; revogar o segredo de justiça (ou até anular) de delações que vazem para a imprensa.

Não se ignora que o sistema de colaboração premiada dá margem a abusos, e os dois primeiros aspectos tocam em questões sensíveis.

É preciso cuidar para que os delatores não relatem à Justiça meras fofocas ou, pior, exercícios de imaginação interessada. Exigir que

os depoimentos se façam acompanhar de elementos concretos é mais que necessário.

Ocorre que nem tudo comporta provas documentais. Se o réu não entregar indícios materiais, mas apontar o caminho para que os investigadores os obtenham, terá feito contribuição relevante. Regras muito rígidas poderiam inviabilizar apurações promissoras.

Quanto à sugestão de proibir delação de presos, trata-se de remédio que só à primeira vista parece adequado. Sabe-se que a Justiça brasileira abusa das detenções cautelares, o que torna ponderável a suspeita de que alguns procuradores se valham do encarceramento processual para forçar a colaboração de investigados.

Ocorre que a delação é antes de tudo arma da defesa. Os indivíduos mais comprometidos com os esquemas escolhem contar tudo o que sabem em troca de uma redução de pena. Negar-lhes essa possibilidade equivale a privá-los de um direito — e, como desdobramento, significa manietar a apuração.

Sobre depoimentos “vazados” há pouco a dizer, pois a proposta carece de sentido. A publicação do conteúdo de uma delação não compromete sua qualidade, não havendo motivo para alterar seu status jurídico — se há prejuízo, aliás, é para a investigação, que nesses casos perde o elemento surpresa.

É fundamental zelar para que as delações premiadas não se convertam numa máquina de produzir denúncias irresponsáveis, mas desse esforço não pode resultar a mutilação de um mecanismo tão valioso no combate ao crime.

27 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Seminário debate em Brasília ações contra a corrupção

DE BRASÍLIA - Grandes casos criminais no Brasil e na Itália serão discutidos em um seminário promovido, em Brasília, pelo Conselho Nacional do Ministério Público entre esta segunda (27) e quarta (29).

O objetivo é debater os efeitos de investigações de combate à corrupção. Também serão traçadas perspectivas por meio de um paralelo da Lava Jato com a Operação Mãos Limpas, ocorrida na Itália nos anos 90.

O evento contará com autoridades e convidados do Brasil e da Itália. A abertura deve reunir o presidente interino Michel Temer, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Entre os convidados para os debates, estão o ministro do Supremo Luís Roberto Barroso e o procurador da República Deltan Dallagnol.

O evento terá um painel sobre opinião pública e grandes casos criminais, que contará com a participação de jornalistas brasileiros e italianos, entre eles Sérgio Dávila, editor-executivo da **Folha**. As inscrições estão encerradas.

MÔNICA BERGAMO

NA CORTE

Os gabinetes de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) que transformaram o deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) em réu por ter dito que a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não merecia ser estuprada começaram a receber telefonemas de apoiadores de Bolsonaro xingando os magistrados.

27 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ações no PR mudaram conceito de censura judicial, diz Cármen Lúcia

O caso dos juízes que estão processando jornalistas no Paraná, após terem seus salários divulgados em reportagens, mudou o conceito sobre censura judicial no Brasil. A opinião é da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, que palestrou para jornalistas em São Paulo. Cármen explicou que, até então, a censura judicial tratava-se de liminares concedidas por juízes para impedir a publicação de determinadas notícias. Agora, com o novo caso, os juízes passaram para o polo ativo do processo.

“Fico preocupada se essas ações buscam criar um lugar no espaço público onde jornalistas não poderiam entrar”, afirmou Cármen Lúcia. Isso porque, diz ela, as notícias em questão listavam os salários dos juízes, que são servidores públicos.

Cármen discursou no 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, organizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em São Paulo. A plateia era composta de cerca de 300 jornalistas e estudantes; no palco com a ministra, estava a jornalista Míriam Leitão.

Questionada sobre as gravações usadas na operação “lava jato” com políticos dizendo que tinham ministros “garantidos” no Supremo, a ministra foi direta: “Há blefe o tempo todo”. Ela afirma que esse tipo de discurso é algo quase corriqueiro entre advogados, que querem convencer

seus clientes de seus poderes.

“Como ser humana, eu sou muito grata, mas, como juíza, sou de uma ingratidão total”, disse, afirmando que a estratégia trata-se de venda de fumaça. “Ninguém tem a audácia de chegar a um juiz e dizer que quer isso ou aquilo desse ou daquele jeito. A primeira atitude de um juiz ao se deparar com isso será criminalizar, será denunciar a tentativa de cometimento de um crime.”

“Os juízes podem ser vendidos, só não podem ser comprados”, brincou. A ideia, diz, é que não há como evitar o blefe por advogados e políticos. “Há juízes no Brasil, e o cidadão brasileiro pode dormir tranquilo.”

27 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro do STJ revoga prisão preventiva decretada em formulário padronizado

Uma mulher acusada de homicídio obteve liminar para aguardar em liberdade o julgamento de seu recurso pela 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. O ministro Rogério Schietti Cruz, que concedeu a medida cautelar, considerou “intolerável” que a ordem de prisão preventiva contra ela tenha sido preenchida em um formulário padronizado, sem nenhuma análise do caso específico.

O formulário, utilizado em dias de plantão em comarca do interior de Minas Gerais, serve para converter prisões em flagrante em prisões preventivas, com base no argumento de que

o juiz acolhe, “por seus próprios fundamentos”, o pedido do Ministério Público. Nem há espaço para apresentar outras razões. Tudo vem previamente impresso, bastando ao juiz preencher à mão os nomes do preso e de seus pais, datar e assinar.

“Mesmo após o preenchimento dos dados, a decisão poderia ser utilizada para justificar a conversão da prisão em flagrante pela suposta prática de qualquer crime”, afirmou o ministro, para quem o formulário não atende à exigência de fundamentação estabelecida no artigo 93, IX, da Constituição Federal.

STJ julgará se cabe dano moral por falhas nos serviços de telefonia fixa

A possibilidade de haver dano moral por causa de falhas na prestação ou cobrança de serviços de telefonia fixa será analisada pela 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Se for confirmada a existência do dano, o colegiado também julgará se deve ser aplicado o reconhecimento presumido (in re ipsa) ou se é preciso comprovar o prejuízo no processo.

A afetação à 2ª Seção foi determinada pelo ministro Luis Felipe Salomão, da 4ª Turma, e tem como referência um recurso repetitivo sobre o tema, cadas-

trado com o número 954.

Salomão esclareceu que a decisão anterior de afetação, publicada no dia 7 de junho, gerou vários pedidos de esclarecimentos dos tribunais sobre o alcance da suspensão determinada até o julgamento do repetitivo.

“Em nova análise, portanto, e diante dessas solicitações, verifico que a anterior decisão de afetação merece complemento para refletir, de maneira mais fidedigna, os temas que foram afetados e suspensos”, disse o ministro.

27 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Não cabem honorários recursais em ação cujo rito os exclua

Pelo novo CPC, cabe aos tribunais, ao julgar recurso, majorar os honorários fixados anteriormente considerando o trabalho adicional em grau recursal

Não cabe a fixação de honorários recursais — previstos no artigo 85, parágrafo 11, do novo Código de Processo Civil — quando se tratar de recurso formalizado no curso de processo cujo rito os exclua. Assim entendeu a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, na terça-feira (21/6), ao julgar embargos de declaração e agravos pautados em listas do ministro Marco Aurélio.

Segundo o ministro Roberto Barroso, “as listas, normalmente, são compostas de processos em relação aos quais existe jurisprudência já firmada, por isso é que são julgadas dessa forma mais célere e objetiva”.

O parágrafo 11 do artigo 85 do CPC de 2015 estabelece que os tribunais, ao julgar recurso, majorará os honorários fixados anteriormente levando em conta o trabalho adicional em grau recursal.

Ao levar as listas a julgamento, o ministro Marco Aurélio argumentou que não é possível fixar honorários recursais quando o processo originário não tenha previsão nesse sentido — como, por exemplo, os mandados de segurança. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.

27 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Procurador defende busca no apartamento de Gleisi

O procurador Rodrigo De Grandis defendeu na sexta-feira a busca e apreensão feita no apartamento da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e de seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo. A ação fez parte da Operação Custo Brasil, que apura um esquema de desvio de verbas no sistema de gestão do crédito consignado no Ministério do Planejamento.

Como se trata de um apartamento funcional, o Senado Federal recorreu ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF) para anular os mandados de busca e apreensão cumpridos no imóvel. Na petição, a advocacia do Senado sustentou que o juízo da 6ª Vara Federal de São Paulo, responsável pela operação, não poderia ter determinado o cumprimento dos mandados na residência funcional da senadora, por se tratar de uma extensão das dependências do Senado, cuja atribuição seria da Corte Suprema. Para a Casa, Gleisi foi vítima de uma atuação ilegal.

De Grandis, no entanto, contestou os argumentos do Senado. “O Ministério Público Federal executou desde o primeiro momento, em conjunto com a Polícia Federal, o pedido de acordo com a Constituição e com a lei. Ou seja, na verdade, nossa investigação diz respeito exclusivamente a Paulo Bernardo e ele não detém foro por prerrogativa de função”, ressaltou o procurador em entrevista em frente ao prédio da Justiça Federal na capital paulista.

Ricardo Pessoa é condenado a oito anos de prisão

O juiz federal Sérgio Moro condenou na sexta-feira o empresário Ricardo Pessoa, um dos delatores da Operação Lava Jato, a oito anos e dois meses de prisão pelos crimes de corrupção e de pertinência à organização criminosa. Apesar da condenação, Pessoa não cumprirá a pena em função dos benefícios do acordo. Ele já

cumprirá prisão domiciliar.

Na denúncia, a força-tarefa do MPF relatou que a empreiteira UTC, chefiada por Ricardo Pessoa, participava de um cartel em empresas que fraudavam licitações e que pagou cerca de R\$ 38 milhões a ex-diretores em contratos obtidos com a estatal. Na sentença, Moro destacou a colaboração de Pessoa nas

investigações da Lava Jato.

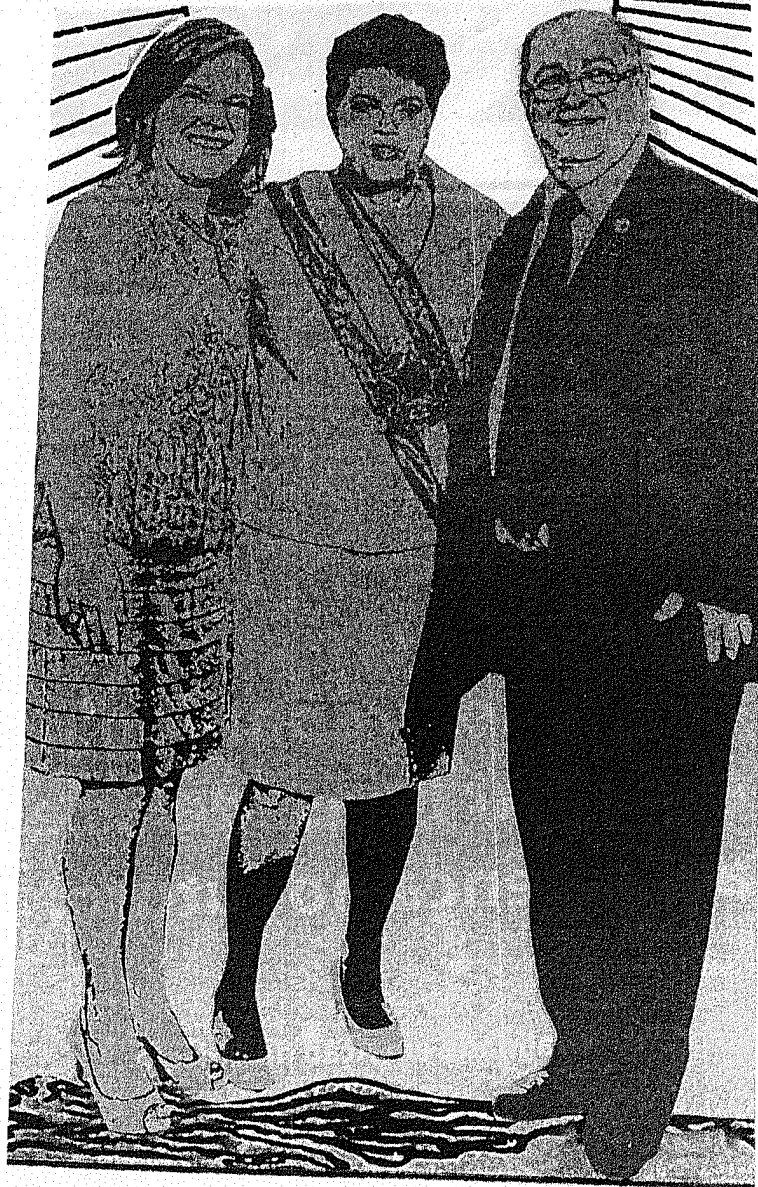
“Prestou informações e forneceu provas relevantíssimas para a Justiça Criminal de um grande esquema criminoso. Relativamente aos dirigentes de empreiteiras que prestaram colaboração, provavelmente veio dele, até o momento, o maior volume de informações”, disse Moro.

25 JUN 2016

GAZETA DO POVO
• PERDA DE PRESTÍGIO

26 JUN 2016

Do céu ao inferno



O PODER

Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo formaram o primeiro casal ministerial da história do Brasil. Status ruiu com desgaste do PT, Operação Lava Jato e prisão do ex-ministro

CONTINUA

Rosana Felix

● Cinco anos separam o ápice do casal Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo do golpe que os abateu na quinta-feira (23), com a prisão do ex-ministro por causa dos desdobramentos da Operação Lava Jato. Em junho de 2011, a senadora paranaense foi alçada pela presidente Dilma Rousseff à chefia da Casa Civil, em substituição a Antonio Palocci. Gleisi, que assumiu o cargo com a atribuição de gerenciar os projetos de infraestrutura do Planalto, formou o primeiro casal ministerial da história do Brasil com Bernardo, que na época era ministro das Comunicações.

Quando assumiu a Casa Civil, Gleisi estava há pouco tempo no Senado, onde já havia chamado atenção pela produtividade — três projetos de sua autoria foram aprovados na Casa em quatro meses — e pela combatividade — interpellava os opositores e não deixava passar batido nenhuma crítica à gestão de Dilma. Apesar da posição aguerrida, foi bastante elogiada pelos seus pares, mesmo da oposição, quando deixou a Casa rumo à Esplanada.

Com a crise instalada no Planalto após as suspeitas de enriquecimento ilícito de Palocci, o nome de Paulo Bernardo era cotado para assumir a Casa Civil. Ele já tinha ocupado o cargo de ministro do Planejamento no governo Lula, entre 2005 e 2011. Assumiu as Comunicações após a posse de Dilma, cargo no qual permaneceu durante quatro anos.

Gleisi ficou menos tempo: deixou o Planalto em fevereiro de 2014, a tempo de voltar ao Senado e tentar alavancar sua candidatura ao governo do Paraná. Ela ficou

apenas em terceiro lugar na disputa, com 881,8 mil votos, atrás do senador Roberto Requião (PMDB), com 1,6 milhão de votos, e do governador reeleito Beto Richa (PSDB), vencedor já no primeiro turno, com 3,3 milhões de votos.

O desgaste do PT já era evidente nesta época. Quando se candidatou ao Senado em 2006, quase roubou a cadeira do veterano Alvaro Dias, numa campanha de trajetória ascendente. Naquele ano, Gleisi recebeu 2,2 milhões de votos. Em 2010, foi eleita em primeiro lugar com 3,1 milhões de votos, seguida por Requião (2,6 milhões).

Paulo Bernardo atuou em todas as campanhas de Gleisi. Em 2006, quando ela começou as disputas, ele deixou de concorrer. Anteriormente, foi deputado federal do Paraná por três mandatos, entre 1995 e 2006.

Atuaram juntos também no governo do Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2000, como secretários estaduais de Zeca do PT, e na prefeitura de Londrina entre 2001 e 2002,

“V. Ex^a, senadora Gleisi, preparada, competente, que recebe, hoje, as homenagens não apenas da Presidente da República, mas de toda a sociedade brasileira, disse, e disse de forma correta, que o desfecho da manifestação democrática é a decisão da maioria.”

Aécio Neves (PSDB-MG), senador, em discurso em junho de 2011, quando Gleisi iria assumir a Casa Civil.

“Senadora Gleisi, eu quero felicitar V. Ex^a e cumprimentar a presidenta Dilma pela feliz escolha. V. Ex^a é a grande revelação desta Legislatura e nos conquistou, a todos, com a sua simpatia, com seu profundo conhecimento dos programas do governo federal e com a sua capacidade de diálogo. V. Ex^a representa a renovação da política brasileira.”

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), senador, em discurso em junho de 2011, quando Gleisi iria assumir a Casa Civil.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PETROLÃO

Primeira menção a Gleisi e Bernardo na Lava Jato foi em 2014

● Os nomes de Gleisi Hoffmann e Paulo Bernardo apareceram nas investigações da Operação Lava Jato já no início das investigações, no primeiro semestre de 2014. O doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa afirmaram, em delação premiada, que dinheiro desviado do esquema teria abastecido a campanha de Gleisi ao Senado em 2010, e que Bernardo atuava como "operador" do esquema. O caso que levou Bernardo à prisão na quinta-feira (23), porém, é outro. A operação, batizada de Custo Brasil, investiga o suposto pagamento de propinas em contratos de empréstimo consignado do Ministério do Planejamento. O total de dinheiro desviado entre 2009 e 2015 somaria R\$ 100 milhões, segundo as investigações.

A operação desta semana foi deflagrada por uma força-tarefa em São Paulo, como desdobramento da 18ª fase da Lava Jato. Segundo os investigadores, um escritório de advocacia de Curitiba ligado a Paulo Bernardo recebeu entre 2009 e 2015 pelo menos R\$ 7 milhões do esquema. Desse total, 20% ficava com o escritório e 80% seria destinado ao pagamento de despesas do ex-ministro. As estimativas apontam que Bernardo teria recebido R\$ 5,6 milhões.

Há suspeitas de envolvimento de Gleisi nesse esquema, mas a investigação sobre ela corre no Supremo Tribunal Federal (STF), por causa do foro privilegiado. Uma segunda investigação sobre Gleisi e Bernardo corre conjuntamente no STF. Essa diz respeito à denúncia de recebimento ilícito de R\$ 1 milhão na campanha feita por Youssef e Costa em delação premiada.

25 JUN 2016

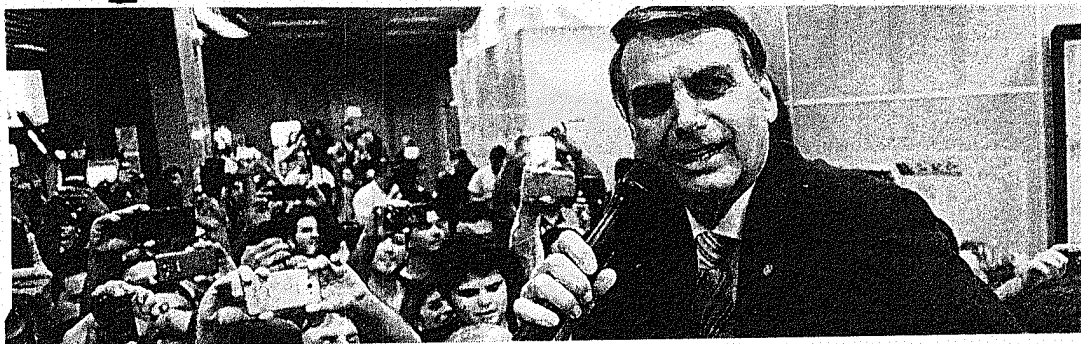
26 JUN 2016

25 JUN 2016

26 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Crise abre espaço para extremistas



Bolsonaro esteve em março em Curitiba e foi recebido por uma legião de simpatizantes no aeroporto.

RESISTÊNCIA

Ao Paraná Pesquisas, 54% disseram que jamais votariam em Bolsonaro para presidente. A pesquisa foi feita com 2.004 eleitores entre 11 e 14 de junho em 162 cidades do país. A margem de erro é de 2 pontos.

RÉU

O Supremo Tribunal Federal transformou Bolsonaro em réu após ele dizer, na Câmara, que não estupraria a deputada Maria do Rosário (PT-RS) porque ela "não merecia".

Em meio a escândalos e recessão, nomes ligados à extrema-direita viram símbolo de revolta, apesar do discurso muitas vezes autoritário

Rogério Waldrigues Galindo

● Tempos de crise são solo fértil para projetos autoritários. No Brasil, a crise que se instaurou com a descoberta de um megasquema de corrupção em Brasília — grande o suficiente para se abrir um processo de cassação da presidente — levou a uma tendência de voto maior do que o comum na extrema-direita. E o pré-candidato que vem se beneficiando disso, pelo menos por enquanto, é o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC).

Normalmente visto como um personagem apenas fol-

clórico, dado a gestos histriônicos e a hábitos agressivos, Bolsonaro virou símbolo de revolta para alguns que se sentem descontentes com os governos mais à esquerda que o país teve em tempos recentes — especialmente nos 13 anos de domínio petista.

“O Bolsonaro é um exemplo de um discurso populista comum em tempos de crise de confiança no regime liberal, no Estado de Direito. Assim como ele, tivemos Silvio Berlusconi na Itália e estamos vendo o Donald Trump nos Estados Unidos”, diz o professor de ciência política e de ética Roberto Romano, da Unicamp.

Para Romano, no Brasil isso é facilitado pelo fato de a população estar acostumada com uma “ideia mágica” de que na política a vontade de um líder basta para que as coisas ocorram — quando na democracia o presidente, mesmo que queira fazer reformas, precisa discutir com o

Congresso e com a sociedade. “Temos uma cultura forte de personalização na nossa política desde Getúlio Vargas.”

Antidemocrático

As posições antidemocráticas de Bolsonaro foram explicitadas no dia da votação da abertura do impeachment de Dilma Rousseff (PT) na Câmara. Bolsonaro, que sempre defendeu a ditadura, aproveitou o momento de seu voto para homenagear o coronel Brilhante Ustra — principal ícone da tortura no período — classificado por ele como “o pavor de Dilma”.

Segundo a professora Mara Telles, de ciência política da UFMG, a descrença na democracia é produto da crise econômica e de uma frustração com a indiferenciação dos partidos. “Várias pesquisas mostram que na América Latina há um porcentual alto de eleitores que aceitariam um governo não democrático que trouxesse bem-estar”, diz.

25 JUN 2016

26 JUN 2016

GAZETA DO POVO

LAVAJATO

Moro condena dono da UTC a 8 anos de prisão, mas em regime aberto

● O juiz federal Sérgio Moro condenou na sexta-feira (24) o empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, um dos delatores da Operação Lava Jato, a 8 anos e dois meses de prisão por corrupção e organização criminosa. Mas Pessoa vai cumprir pena em "regime aberto diferenciado", benefício que recebeu porque fez delação premiada. Em seus depoimentos, Pessoa revelou pagamentos de propina a cerca de 20 políticos com foro privilegiado e gestores públicos. Parte dos valores repassados pela UTC abasteceram, segundo ele, campanhas eleitorais. O delator confessou existência de corrupção na Petrobras, citou a reprodução da mesma sistemática em outras áreas do governo, como as obras da Usina Nuclear de Angra 3, no Rio, envolvendo a Eletrobrás e sua subsidiária para o setor, a Eletronuclear.

REINALDO BESSA

Roberto Couto - interino

Moro no Capital

O público do show do Capital Inicial deve ir ao delírio neste sábado (25) e não será apenas pela presença no palco de Dinho Ouro Preto, Fê Lemos, Flávio Lemos e Yves Passarell. Haverá um convidado especial da banda: o juiz Sérgio Moro. O paladino da Lava Jato e a esposa estarão na plateia e depois irão ao camarim cumprimentar os músicos. Dinho & companhia, é claro, prometem ovacionar Moro durante o show. Alguém duvida que o público seguirá em coro?

25 JUN 2016

GAZETA DO POVO 26 JUN 2016

**ANA REGINA CAMINHA
BRAGA**

A "Lei da Palmada", dois anos depois

Dois anos depois da sua entrada em vigor, em 26 de junho de 2014, a conhecida "Lei da Palmada" (Lei 13.010/2014), que traz algumas alterações ao Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), ainda desperta diversos pontos de vista e polêmicas. Trata-se de uma análise que deve ser feita de maneira consciente, para assim ser colocada à sociedade.

Quanto à lei em si, mesmo após dois anos ainda é preciso ressaltar que em nenhum momento é citada ou prevista a palavra "palmada", ou a proibição dessa ação. O artigo 18 defende que crianças e adolescentes têm o direito de ser educadas e cuidadas sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel, seja como forma de educação, ou qualquer outro pretexto. Sendo assim, o que a lei prevê refere-se a agressões físicas, maus-tratos severos e degradantes, que de fato ferem e mexem diretamente com o "eu" da criança, que pode sofrer rupturas e abalos na formação de sua identidade e desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

A lei deixa a liberdade de expressão dos responsáveis, das famílias e da sociedade sem comprometimento ou invasão das propostas educacionais de cada instituição. No entanto, protege o cidadão de violências físicas, possíveis

traumas ou, em alguns casos, até a morte. Nessa perspectiva, o controle continua para a sociedade, assim como as decisões da escola e dos responsáveis para que saibam avaliar o momento mais adequado para colocar a punição ao filho de maneira consciente, ou para deixá-lo sem correção em outros. O fundamental é ter o parâmetro de como posicionar essas questões para as crianças.

É relevante compreender que a lei foi elaborada devido aos riscos que as crianças sofriam ou a que estavam expostas. O fato é que esse documento não foi construído de maneira a não considerar a "palmada" como uma alternativa, porque os pais/responsáveis ou familiares não poderiam mais "encostar" nos seus filhos. No entanto, o ato reflexivo é válido se considerarmos que antigamente não havia o espaço para trabalhar as questões afetivas, seja em sala de aula ou nas famílias. Ou seja, se a criança fez algo errado, ela era punida, muitas vezes de maneira drástica, com cinto quente, resto de cigarro, facas e assim por diante. Isso deve ser repensado e, nesses casos, sim, a lei deve ser levada em consideração.

Outra questão que pode ser levantada é: os responsáveis precisam bater nos seus filhos para educá-los? Onde está o diálogo que tanto discutimos, bem como o respeito à autoridade? Se continuarmos dentro dessa perspectiva, vamos voltar aos pais/responsáveis que adotavam essas práticas e, mesmo assim, seus filhos continuaram ou continuam sem obedecer e fazendo as escolhas incorretas.

A lei prevê que os pais/responsáveis, agentes públicos ou encarregados de cuidar da criança, em caso de infração da lei, estarão sujeitos a punição. Diante do que fora levantado, é válido pensar na importância de aprofundar, estudar e pesquisar a temática para que os cidadãos consigam compreender o sentido e significado de aplicar a lei e, assim, considerar (ou não) necessário executá-la para a proteção de todas as crianças, inclusive as que estão em risco.

Ana Regina Caminha Braga é escritora, psicopedagoga e especialista em educação especial e em gestão escolar.

27 JUN 2016

GAZETA DO POVO

As pegadas de Cunha pelo Paraná

Presidente afastado da Câmara teve seu nome envolvido no caso Banestado e é acusado também de suposto favorecimento a uma construtora paranaense

Diego Antonelli

● Afastado da presidência da Câmara dos Deputados e réu na Operação Lava Jato, Eduardo Cunha (PMDB) deixou rastros suspeitos pelo Paraná. Acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, o parlamentar também teve seu nome envolvido no caso Banestado (que investigou remessas ilegais de dinheiro ao exterior nos anos 1990 por meio do extinto banco do governo estadual) e é acusado de suposto favorecimento à construtora paranaense Grande Piso em licitações de projetos habitacionais no Rio de Janeiro.

As relações com o Paraná se estendem também ao processo por improbidade administrativa que ele responde na Justiça Federal do estado. Caso perca o mandato e o foro privilegiado, a investigação por corrupção da Lava Jato também será realizada pelo Judiciário paranaense, que já investiga a filha e a esposa de Cunha.

Além disso, Cunha está ligado à refinaria privada de Manguinhos, que mudou parte da sede para o Paraná para supostamente escapar da cobrança de impostos no estado fluminense.

Início

As pegadas de Cunha no estado iniciaram no fim da década de 90, quando foi deflagrada a Operação Banestado, que se referia a um escândalo de evasão de dezenas de bilhões de reais do banco paranaense e também teve Sérgio Moro como juiz do caso.

Um dos anexos de denúncia por improbidade contra o Cunha traz um documento de oito páginas com pedido de análise de transferência bancárias em nome dele. São apontados registros de três movimentações suspeitas ligadas ao caso Banestado. Duas delas — em setembro de 2000 e de um ano depois — no valor de US\$ 11,5 mil cada uma, segundo o processo, referem-se a pagamentos realizados “em benefício” dele.

Também há o registro de movimentação financeira que teve como ordenante a empresa Netherton Limited, que transferiu, em agosto de 1998, US\$ 60 mil dólares de sua conta no Citibank para o MTB Bank de Nova York. Segundo a denúncia, Cunha é o proprietário das contas do trustee Netherton.

Ponte Paraná-Rio

Outra situação com indício de irregularidade seria uma ponte corruptiva entre os estados do Paraná e Rio de Janeiro envolvendo a empresa Grande Piso, que tinha sede na Região Metropolitana de Curitiba. O caso foi remetido no ano passado para o Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público do Rio de Janeiro acusou Cunha, que era presidente da

Companhia Estadual de Habitação (Cehab) do governo fluminense de 1999 a 2000, de direcionar uma licitação na Cehab para favorecer a Grande Piso, uma microempresa que se transformou em construtora e ganhou quatro contratos durante os seis meses em que Cunha esteve à frente da companhia. O valor dos contratos era de R\$ 34 milhões.

A Grande Piso pertencia ao empresário Roberto Sass, que foi do extinto PRN do ex-presidente Fernando Collor na mesma época de Cunha. O deputado afastado chegou a ser secretário da Executiva do PRN e presidente da Teletj no governo Collor. O registro da empresa foi cancelado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea). A reportagem não conseguiu entrar em contato com a defesa de Sass.

**SEM SE
MANIFESTAR**

A assessoria de imprensa do deputado federal afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) informou que não irá se posicionar sobre nenhum assunto abordado na reportagem.

CONTINUA

27 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Estreita ligação com a política paranaense

● Eduardo Cunha sempre pareceu apreciar o Paraná. Foi em Curitiba, por exemplo, que – no cargo de presidente da Câmara – optou por lançar um projeto chamado Câmara Itinerante, por meio do qual ele pretendia visitar os 26 estados em 2016. O programa foi lançado no dia 20 de março de 2015 na Assembleia Legislativa do Paraná, e depois Cunha reuniu-se com o governador Beto Richa (PSDB). Em abril de 2015, o governador viajou até Brasília para se encontrar com o então presidente da Câmara. Antes, em janeiro daquele ano, foi Richa quem recebeu uma visita de Cunha. Além disso, coube ao parlamentar dar respaldo para que Fernando Francischini (SD) deixasse o posto de secretário estadual de Segurança após o chamado “Massacre do dia 29 de Abril” e voltasse ao cargo de deputado. Cunha também escolheu Curitiba como uma das primeiras cidades para iniciar em dezembro de 2014 a campanha para a presidência da Câmara dos Deputados. Após passar algumas horas em Campo Grande (MS), ele desembarcou na capital paranaense para tentar arregimentar votos. Cunha participou de reuniões com o governador Richa, o prefeito Gustavo Fruet (PDT), o então presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), além de deputados e secretários de governo.

O caso Manguinhos

● A Refinaria de Manguinhos, de propriedade do empresário Ricardo Magro, que contaria com a proteção de Eduardo Cunha, mudou parte do escritório administrativo para o Paraná em meados de 2011. A tática foi supostamente para a empresa escapar do Fisco do estado do Rio de Janeiro, onde acumulava uma dívida superior a R\$ 800 milhões em impostos.

O grupo empresarial da refinaria instalou em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, uma distribuidora, a Gásdiesel.

Em 2010, a relação de Cunha com a empresa chegou ao conhecimento público. Em reportagem publicada em 2010 pelo jornal *O Globo*, Cunha confirmou ter conversado diversas vezes, “por telefone e pessoalmente”, com Magro. Recentemente em delação premiada, o ex-diretor da Petrobrás e da BR Distribuidora Nestor Cerveró chegou a afirmar que o parlamentar afastado teria pressionado em 2013 executivos da estatal BR para comprar a refinaria de Manguinhos com o intuito de receber propinas.

Em 2013, a refinaria chegou a entrar com um processo de recuperação judicial no Paraná. Mas o processo foi transferido para o Rio.

Outro lado

Por nota, a refinaria informa que não fez qualquer alteração de sua sede administrativa, que permanece no Rio de Janeiro e que a empresa está em processo de recuperação judicial. Segundo a refinaria, não há “nenhum tipo de envolvimento” de Eduardo Cunha com a empresa.

“Nem a refinaria e muito menos seus acionistas tiveram qualquer tipo de interesse de venda para qualquer empresa e muito menos para BR Distribuidora. A delação é baseada em uma suposição de um terceiro sem qualquer tipo de prova”, diz a empresa.

27 JUN 2016

GAZETA DO POVO

DELAÇÕES NÃO PREMIADAS

KELLI KADANUS E KATNA GARAN

Esposa de Cunha também "manobra"

Análise mais detalhada do processo que corre na Justiça Federal de Curitiba contra **Claudia Cruz** (esposa do presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha, mostra que ela tem aprendido a arte da manobra com o marido. No último dia 9, o juiz Sergio Moro acatou a denúncia contra Claudia e determinou a citação e intimação da ré para que, num prazo de dez dias, ela apresentasse sua defesa. O problema é que ela ainda não foi encontrada. Despacho do dia 21 afirma que ela foi procurada pelo oficial de Justiça nos dias 14 e 17 de junho em sua casa no Rio de Janeiro. Numa das ocasiões, um funcionário informou que Claudia estaria morando em Brasília, com o marido, em imóvel da Câmara. O juízo determinou, então, nova citação da ré na capital federal.

Codinomes da propina

O técnico de informática Camilo Gornati, que prestou serviços para a Odebrecht, revelou em depoimento os codinomes utilizados na intranet do "departamento de propinas" da empresa. O dono da empreiteira, Emilio Odebrecht, era chamado de "Gigo", e o presidente, **Marcelo Odebrecht**, usava "Giginho". Gornati afirmou ainda que o servidor responsável por armazenar os dados informáticos da empresa ficava na Suíça, "por questões de segurança".

Reação da defesa

Na sexta-feira, a defesa de Claudia Cruz reagiu com um documento em que afirma que ela foi informada por um de seus funcionários que fora procurada no dia 17 por um oficial de Justiça. Em contato com o oficial, já no dia 20, ele teria dito que iria devolver o mandado citatório ao juízo diante da mudança de endereço da ré. Os advogados ressaltam ainda que Claudia está, de fato, residindo em Brasília com o marido.

Apuração de vazamentos

A Mesa do Senado solicitou à Polícia Federal (PF) que apure o vazamento da delação do ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado. Trechos da gravação sigilosa, que envolvia o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e o senador Romero Jucá (PMDB-RR), foram divulgados pela imprensa em maio. Na época, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que a PGR não vazou o material e também pediu a apuração dos fatos.

27 JUN 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA



O juiz Sergio Moro e a mulher, Rosângela, com Mac Lóvio Solek, diretor da Prime (à esq.), e o vocalista Dinho Ouro Preto minutos antes do show da banda Capital Inicial que lotou o Teatro Positivo na noite do último sábado.

O show de Moro

Com duas apresentações com ingressos esgotados, no Teatro Positivo – Grande Auditório, na sexta-feira e no sábado, a banda Capital Inicial contou na última delas com a presença do casal Rosângela e Sergio Moro na plateia. Minutos antes do show, eles foram recepcionados no camarim pelo vocalista Dinho Ouro Preto, que é curitibano. Já no bis, antes de cantar a música *Que país é Esse?*, Dinho mencionou o nome do juiz e pediu aplausos a ele. Moro foi ovacionado pelo público.

GAZETA DO POVO

● CUSTO BRASIL

Advogado paranaense se entrega à polícia

27 JUN 2016

● O advogado Guilherme Gonçalves, último procurador da Operação Custo Brasil, se entregou no domingo (26) à Polícia Federal em São Paulo. Apontado pelas investigações como repassador de propinas do esquema envolvendo a empresa de informática Consist ao ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, Gonçalves chegou ontem de Lisboa no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

A pedido da PF, o advogado estava sob monitoramento da polícia portuguesa desde quinta-feira (23), dia da operação.

Gonçalves foi submetido a exames no Instituto Médico Legal e, depois, levado à custódia da Superintendência Regional da PF, na zona oeste, onde estão outros alvos da Custo Brasil, entre eles Paulo Bernardo, preso na quinta-feira.

O advogado disse que estava na Europa “a passeio”. Ele teve a prisão decretada pelo juiz Paulo Bueno de Azevedo, da 6.^a Vara Federal Criminal de São Paulo. Ao saber, em Lisboa, que era alvo da operação, Gonçalves anunciou, por meio de sua defesa, que se apresentaria.

Em agosto de 2015, o advogado, com escritório em Curitiba, foi alvo de buscas durante etapa da Lava Jato. PF e Procuradoria da República suspeitam que o escritório era usado para repasse de propina a Bernardo e custeava despesas eleitorais da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), mulher do ex-ministro.

27 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Produção de provas contra Dilma e Temer vai até setembro

● O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, informou que o tribunal deve finalizar até setembro a produção de novas provas nas ações em que a oposição pede a cassação dos mandatos da presidente afastada Dilma Rousseff e do presidente interino Michel Temer. As relatora das quatro ações é a ministra Maria Thereza de Assis Moura.

"Estamos trabalhando na instrução e na perícia.

Estimamos talvez para setembro, se não houver outros incidentes, que possamos estar nos avizinando da finalização da instrução. Depois virão essas questões de ordem", disse o presidente do TSE. Em abril deste ano, a ministra Maria Thereza determinou uma nova produção de provas nas ações. Segundo Mendes, o juiz Sérgio Moro está compartilhando parte significativa das provas existentes com a Justiça Eleitoral.

COLUNA DO LEITOR

RÉU PRIMÁRIO

Já que o Brasil tem um sistema carcerário falido e mantido por um "comando", vejo como justa e necessária a decisão do STF de que tráfico de drogas praticado por réu primário não é crime hediondo; afinal, se o jovem pega uma pena pelo porte de maconha e posteriormente se une ao "comando", as próximas penas serão por assalto à mão armada ou até piores.

Walter Boza

27 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO





Os enroscos do casal petista

LAVAJATO Prisão do ex-ministro Paulo Bernardo preocupa partido

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

Ex-ministro do Planejamento nos governos Lula e Dilma Rousseff, Paulo Bernardo foi preso na quinta-feira 23, acusado de ter recebido ao menos 7 milhões de reais em propinas por conta de contratos fraudados entre a empresa de software e o Ministério do Planejamento, quando ele chefiou a pasta. De acordo com as investigações, o esquema movimentou ao menos 100 milhões de reais entre 2010 e 2015. Desse total, os valores eram divididos entre intermediários do esquema e o Partido dos Trabalhadores.

A empresa operadora da fraude, a Consist Software, era encarregada de planejar os sistemas de empréstimos bancários, por meio de crédito consignado, de servidores federais com instituições financeiras. Parte dos pagamentos da propina direcionada a Bernardo passou em contas do escritório de advocacia do ex-vereador de Americana, interior de São Paulo, Alexandre Romano, do PT. Em delação premiada, Romano confirmou a existência dos desvios.

Outra parte das propinas passou pelo escritório de advocacia de Guilherme

Gonçalves. Preso também na operação, ele foi advogado eleitoral da campanha da senadora Gleisi Hoffmann, esposa de Bernardo.

Segundo investigadores, a Consist ficava com 30% do valor total do contrato pelo serviço prestado, e o restante era destinado a propinas. Bernardo embolsava entre 2% e 9,5%, Romano ficava com 20% e o restante com o PT e intermediários. A Receita Federal afirma que o esquema ainda cobrava uma taxa de 1 real a cada operação de empréstimo, contratada pelos servidores federais. A taxa, de controle operacional, custava cerca de 30 centavos para a Consist, e os 70 centavos restantes eram distribuídos como propina.

CONTINUA

CARTA CAPITAL 27 JUN 2016

CONTINUAÇÃO

Também foram chamados a depor o jornalista e proprietário do site Brasil 247, Leonardo Attuch, e o ex-ministro da Previdência Carlos Gabas. Durante a operação, foram realizadas buscas e apreensão na sede nacional do PT, em São Paulo. A PF levou documentos, demonstrativos e computadores. A legenda divulgou nota criticando as buscas: "O Partido dos Trabalhadores condena a desnecessária, midiática, busca e apreensão realizada na sede nacional de São Paulo". E prossegue: "Em meio à sucessão de fatos e denúncias envolvendo políticos e empresários acusados de corrupção, monta-se uma operação diversionista na tentativa renovada de criminalizar o PT". A defesa do ex-ministro disse que não teve acesso ao conteúdo da decisão, mas que a prisão foi "ilegal". Gabas também negou qualquer envolvimento com o esquema investigado.

Bernardo e a esposa, a senadora Gleisi Hoffmann, já haviam sido denunciados pela Procuradoria-Geral da República ao STF por recebimento de propinas ligadas às investigações da Operação Lava Jato. A senadora é acusada de receber 1 milhão de reais ilegalmente. O nome de Gleisi apareceu na delação do doleiro Alberto Youssef ao citá-la como destinatária de recursos repassados a Bernardo, a mando do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. O dinheiro teria ido para a campanha de Gleisi ao Senado em 2010.

O secretário municipal de Gestão da capital paulista, Valter Correia da Silva, também foi detido. Silva foi assessor de Bernardo no Ministério do Planejamento até 2011. O secretário assumiu o cargo em 2015 na administração de Fernando Haddad e acabou sendo exonerado após a divulgação da prisão. Ele também ocupou o cargo de secretário de Administração de São Bernardo do Campo (Grande ABC), na gestão de Luiz Marinho.

A operação que levou o ex-ministro à cadeia é derivada das investigações da 18ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Pixuleco II. A investigação foi conduzida pela Polícia Federal de São Paulo e é a primeira encabeçada por

investigadores de fora de Curitiba com relação a contratos ligados à Petrobras.

Na decisão em que autorizou as detenções, o juiz Paulo Bueno de Azevedo afirma que as prisões preventivas são necessárias em razão do risco de os valores desviados serem alvo de novas tentativas de lavagem, pelo fato de não terem sido recuperados. "Vale lembrar que não existe apenas risco à ordem pública quando o acusado se mostra perigoso para a sociedade num sentido violento. Tal interpretação fatalmente relegaria a prisão preventiva apenas para investigados ou acusados pobres. A corrupção também representa um perigo invisível para a sociedade."

Outro alvo da operação foi o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. O petista, embora esteja preso em Curitiba desde abril de 2015, teve outro mandado expedido pela Justiça paulista. Caso seja solto das ações que correm no Paraná, precisará se livrar também da ordem de detenção decorrente da operação desta semana em São Paulo. A investigação aponta que ele era o intermediário do PT no esquema.

Reportagem de *CartaCapital* de fevereiro deste ano revelou que a empresa Consist também firmou diversos contratos sem licitação com a administração pública em São Paulo, entre 1994 e 2012, somando mais de 100 milhões de reais. Até o momento, não se tem notícias de investigação de contratos da empresa com os governos tucanos desse período.

Há, inclusive, contratos de serviços sigilosos com a gestão de FHC. De acordo com um funcionário que trabalhou na Consist durante 20 anos, outra investida da empresa nunca totalmente esclarecida foi a implantação do Sistema de Acompanhamento às Ações Parlamentares no ambiente do Serviço Federal de Processamento de Dados Serpro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O programa foi implantado no gabinete do ex-presidente com a intenção de mapear os "gostos de cada parlamentar". Segundo o funcionário da Consist, havia a suspeita de que o sistema pudesse monitorar a vida de parlamentares e servir como instrumento de controle do Congresso. A empresa, à época, informou que não iria se manifestar.

A operação, batizada de Custo Brasil, é uma ironia à expressão usualmente utilizada pelo ex-ministro com relação à burocracia e à lentidão na gestão da administração pública brasileira. ●

Buscas. PF cumpriu mandados na sede nacional do PT, em SP. Militantes protestaram com cartaz de Cunha

Do sonho de Temer à tragédia de Dilma

Num misto de cinismo e de sabedoria, Oscar Wilde costumava dizer que há duas tragédias na vida: uma é não conseguir o que se quer; a outra é conseguir.

Esse pensamento nos leva a indagar até que ponto foi trágica ou salutar para o País a conquista desta democracia sem limites, que nos rouba a República, e até que ponto está sendo proveitosa para Michel Temer sua chegada à Presidência da República.

A democracia que temos não é aquela com a qual sonharam Ulisses Guimarães, Tancredo Neves e tantos outros, naquele período de luta pelas diretas. A julgar pelos resultados visíveis a toda hora, é possível concluir que estamos vivendo não a tragédia, mas os transtornos de uma democracia que às vezes parece quase suicida.

Incrível, ela se consolida e se afirma a cada dia, mesmo com a desordem e os abalos de corrupção desenfreada a desafiar nossas instituições. Pior: a incompetência de governar, tornada clara nos últimos 13 anos, acabou propagando a ideia de que somos fracos nessa tarefa. É decepcionante: a lei que disciplina a ação civil pública e impõe condenações por atos de improbidade administrativa, infelizmente, não traz em si penalidade por incompetência.

Assim preferiram os legisladores, mas resta a esperança de que *de lege ferenda*, como dizem os latinos, nova lei seja editada para facilitar que a incompetência, quando comprovada, como no episódio envolvendo a presidente afastada, seja possível uma solução mais simples e rápida.

Agora temos um novo governo, na pessoa de Michel Temer, que sinaliza mudanças. E elas estão por vir, mas, pelo jeito, não está ainda afastada a ideia de tragédia.

Erros na escolha de auxiliares diretos comprometeram as primeiras semanas do presidente interino e ele as corrigiu em parte. Agora, já escaldado, luta para reduzir a ventania deflagrada contra sua pessoa e vai demonstrando a paciência de enfrentar os problemas e encontrar soluções verdadeiras para o País.

Temer assume a feição de oposto de Dilma Rousseff, muito embora a ação que desenvolve nas áreas econômica e social faça em parte lembrar o que era desenvolvido pelo antigo governo. A diferença é que ele se funda na verdade – e isso faz lembrar o velho ditado russo de que uma palavra de verdade vale mais do que todo o mundo.

Uma das mudanças, pequena, mas que se tornou perceptível desde a sua posse, foi o uso de linguajar apropriado, do qual o Planalto estava esquecido. Enfim, o Português castiço, sem vícios de linguagem nem tropeços ofensivos, voltou a ser a língua oficial do País, fato importante neste momento em que milhões de pequenos brasileiros não conseguem in-

Assumida a Presidência interina, logo surge uma espiral crescente a exigir mais e mais

gressar em curso superior nem conquistar emprego por não conhecerem o próprio idioma.

Quem conheceu Michel Temer quando ingressou na Faculdade de Direito da USP, aos 18 anos, percebeu claramente

que tinha dentro de si um sonho de grandeza. Já no primeiro ano, fundou um partido político e passou a cortejar os colegas para nele ingressarem. Fazia isso com delicadeza, com atenção e com insistência, e por isso se impôs como líder estudantil a quem todos presentiam um bom futuro.

O seu estilo pessoal nunca mudou: sempre de terno e gravata, estudioso, bem informado e atento ao que aconteceria no País por força da revolução militar em curso. Era possível presentir, já naquele tempo, que caminhava pelo plano ascendente e direcionado aos seus objetivos.

Os que o conheceram desde aquela época não se surpreendem com o fato de haver chegado à Presidência da República. Logo após formado em Direito, tornou-se por concurso procurador do Estado e, depois, procurador-chefe. Nunca deixou de ter escritório próprio de advocacia, ao lado dos professores Geraldo Ataliba, tão amado pelos alunos, que morreu cedo; e o incomparável Celso Antônio Bandeira de Mello.

Esses dois professores de Direito costumavam dizer que, entre os três, Michel era o melhor advogado. O destaque pessoal alcançado também como professor de Direito Constitucional o levou à Secretaria da Segurança de São Paulo, em duas oportunidades, e facilitou sua eleição a deputado federal. Sem surpresas, e com razoável sucesso, por três vezes foi presidente da Câmara federal.

Agora, ao assumir a Presidência da República num momento de turbulência política, vê-se que realizou o sonho, mas, quando alguém alcança algo muito desejado, logo surge uma espiral crescente a exigir mais e mais.

CONTINUA

25 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

É este o momento em que nosso presidente interino se encontra ao haver realizado o sonho. Para que não ocorra a tragédia prevista por Oscar Wilde, dele dependerá, com a experiência e a habilidade conquistadas ao longo de décadas, tornar digna de nós a democracia duramente conquistada, bem como nos devolver a República.

Como a República deve estar voltada para a proteção de cada um de nós, não se pode entender nem admitir que seja sepultada a cada violência praticada por radicais nas manifestações públicas que afetam os direitos de número infinitamente maior de pessoas.

Costuma-se dizer que estamos vivendo uma espécie de porre de democracia, e isso não é bom para ninguém. A ação criminosa dos radicais, desacompanhada da necessária punição, degrada nossas instituições e consolida entre nós o sentimento de impunidade.

Deve ter sido terrível para Michel Temer, como vice-presidente de Dilma Rousseff, haver convivido com a mediocridade que imperava no Palácio do Planalto nos anos em que ela era a mandona do País. Ele ficou sempre de lado, como um copo vazio, porque certamente o seu preparo, que o diferenciava, o tornava "perigoso". E era mesmo, como agora se vê.

●
DESEMBARGADOR APOSENTADO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SP. FOI
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA DO GO-
VERNO GERALDO ALCKMIN. E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

25 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Líder tucano defende juiz, e Senado pede apuração no CNJ

Aloysio Nunes diz não ver abuso na Operação Custo Brasil e contraria colegas; Casa afirma que houve 'infração disciplinar'

Ana Fernandes

Gustavo Aguiar / BRASÍLIA

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), líder do governo Michel Temer na Casa, defendeu a decisão do juiz de primeira instância Paulo Bueno de Azevedo de autorizar a prisão do ex-ministro Paulo Bernardo e a realização de busca e apreensão no apartamento funcional de sua mulher, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

“Não vejo violação de competência do Supremo (*Tribunal Federal*), porque a imunidade é da senadora, ela que tem prerrogativa de foro. A imunidade não se comunica ao marido nem ao local em que eles vivem”, afirmou o líder do governo ao **Estado**.

A posição do tucano vai de encontro ao entendimento de outros senadores – tanto da oposição quanto da base do governo Temer –, que criticaram o que consideraram excessos da Operação Custo Brasil. A ação da Polícia Federal prendeu, antontem, Bernardo e cumpriu mandados de busca e apreensão no imóvel funcional de Gleisi. O Senado chegou a protocolar uma reclamação no Supremo contra o juiz.

Aloysio Nunes contrariou até o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), que havia classificado como “abuso” o fato de um juiz de primeiro grau ter autorizado busca e apreensão no apartamento de uma senadora. “Só quem poderia autorizar essa ação é o Supremo”, disse Cunha Lima.

O líder do governo no Senado afirmou ter lido a decisão do juiz e o considerou “muito cuidadoso”, deixando claro, segundo o tucano, que os mandados deveriam se restringir a documentos e objetos de Bernardo.

● Senado aciona PF

O Senado protocolou ontem na Polícia Federal pedido de abertura de inquérito contra o vazamento do conteúdo do acordo de delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

“Na minha opinião, não houve abuso, mas a questão está no Supremo e, evidentemente, cabe à Corte a palavra final.”

Aloysio Nunes rechaçou o discurso de petistas de que a Operação Custo Brasil teve motivação política. “Isso é conversa”, disse. “A situação do impeachment (*da presidente afastada Dilma Rousseff*) está resolvida no Senado, não depende desse fato.”

Questionado sobre o fato de que, até o momento, 38 senadores declararam voto pelo afastamento definitivo de Dilma – segundo o Placar do Impeachment do **Estado** –, e, para cassar o mandato da petista são necessários 54, o tucano afirmou que o cenário não está “atualizado”, porque há senadores a favor do impeachment que não querem declarar o voto.

“Tem gente que, nitidamente, vai votar a favor do impeachment, só não quer dizer agora. Posso assegurar que temos uma maioria absolutamente consolidada. Com gordura até para sofrer uma pequena lipoaspiração se for inevitável”, disse.

CNJ. O Senado pediu que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abra uma investigação para apurar a atuação do juiz da Operação Custo Brasil. A representação aponta que o magistrado da Custo Brasil cometeu infração disciplinar ao autorizar busca e apreensão no apartamento de Gleisi. A Casa afirma que apenas o Supremo tem competência para autorizar esse tipo de procedimento, uma vez que a senadora tem foro. O Senado também entrou com uma ação no STF pedindo a anulação da busca e apreensão no imóvel

da petista para “resguardar a autonomia” da instituição.

Se a corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi, considerar a representação viável, submeterá a questão ao plenário do conselho. Se, ao fim do processo, os conselheiros entenderem que o juiz cometeu infração, poderão aplicar punições que vão desde a advertência até a sua demissão.

‘Constituição’. O Ministério Público Federal (MPF) rebateu ontem as críticas de parlamentares ao juiz da Custo Brasil. “O MPF executou o pedido de acordo com a Constituição e com a lei”, disse o procurador da República Rodrigo de Grandis, da força-tarefa da operação. Ele afirmou que a investigação mira exclusivamente em Bernardo. “Ele não detém foro por função, ele não tem cargo político, portanto a medida (*busca*) recaiu exclusivamente sobre ele e sobre documentos pertinentes a ele apenas.”

A Custo Brasil prendeu o ex-ministro e cumpriu mais dez pedidos de prisão, além de ordens de busca e apreensão e de condução coercitiva. A ação apura fraude com recursos de empréstimos consignados no âmbito do Ministério do Planejamento, durante a gestão de Bernardo. O ex-ministro teria recebido propinas no montante de R\$ 7,1 milhões – parte de R\$ 100 milhões que, segundo a força-tarefa, foram desviados. /

COLABORARAM FAUSTO MACEDO, JULIA AFFONSO e RICARDO BRANDT

25 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO Justiça de Brasília vai julgar denúncia contra Lula

Teori contraria pedido de Janot, que queria que caso fosse julgado por juiz Moro; para ministro do Supremo, acusação não tem conexão com a Lava Jato

Gustavo Aguiar
Isadora Peron / BRASÍLIA

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, decidiu enviar para a Justiça Federal em Brasília a denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por suposta participação na tentativa de impedir a delação premiada do ex-diretor da Petrobrás Nestor Cerveró.

Na peça, Teori sustenta que o caso não tem conexão direta com a Lava Jato e não precisaria ser mandado para a 13.^a Vara Federal de Curitiba. A decisão contraria pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que queria que o caso ficasse sob os cuidados do juiz Sérgio Moro. “Tais fatos não possuem relação de pertinência imediata com as demais investigações relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobrás. Na verdade, dizem respeito à suposta prática de atos, pelos investigados, com finalidade de impedir e de aviltar a colaboração premiada entre Nestor Cerveró e o Ministério Público”, diz Teori.

Segundo interlocutores do ministro, o relator da Lava Jato tem optado por enviar para Moro somente processos que têm relação direta com desvios na Petrobrás. Em seu despacho, ele justificou a medida afirmando que já tomou decisão parecida em outros casos, como o envio de um inquérito para a Justiça de São Paulo que culminou na prisão do ex-ministro

Paulo Bernardo esta semana.

Teori afirma que a escolha da Vara de Brasília leva em consideração o fato de as negociações em torno da compra do silêncio de Cerveró terem ocorrido majoritariamente na capital federal. O Instituto Lula informou que não iria se manifestar sobre a decisão.

O ministro já determinou o envio de outros processos que envolvem Lula para Moro, entre eles os que investigam o sítio em Atibaia e o triplex no Guarujá. Ainda tramita na Corte pedido para incluir o ex-presidente no inquérito-mãe da Lava Jato e de abertura de procedimento ao lado da presidente afastada Dilma Rousseff por obstrução de Justiça.

Na denúncia contra Lula apresentada ao STF no início de maio, Janot afirma que o ex-presidente tem “papel central” na trama para tentar “embaraçar” as investigações da Lava Jato.

O caso veio à tona com a prisão de Delcídio, em novembro. Também foram denunciados o banqueiro André Esteves, o pecuarista José Carlos Bumlai e seu filho, Maurício, o assessor do ex-senador Diego Ferreira e o ex-advogado de Cerveró, Edson Ribeiro.

Teori decidiu enviar o caso à primeira instância porque Delcídio perdeu o foro privilegiado após ser cassado. A decisão atendeu a um pedido da defesa de Esteves, que, procurada pela reportagem, disse, via assessoria, que esta “é uma decisão técnica dentro da normalidade do processo”.

Remédios amargos

Diz o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), que só remédios amargos conseguirão dar um jeito nas crises econômica, política e ética enfrentadas pelo Brasil. São enfermidades, concluiu o ministro, e já estão sendo tratadas.

Teori não disse. Mas um desses remédios amargos vem sendo ministrado justamente pelo STF ao presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Ministros da Corte admitem que nunca um político foi tratado ali como Cunha vem sendo tratado. E não é um ato gratuito não. É porque há entre aqueles magistrados uma eterna desconfiança a respeito de Cunha. Eles suspeitam até mesmo de que seus gabinetes de trabalho tenham sido grampeados a mando do presidente afastado da Câmara.

Alguns se lembram de que, durante os trabalhos da CPI da Petrobrás, no ano passado, a presidência da Câmara contratou os serviços da Kroll, empresa especializada em espionagem e contraespionagem. Quem sabe, desconfiam alguns ministros, em vez de procurar informações sobre a Petrobrás, a companhia não atravessou a rua e foi ao STF instalar uns grampos?

Réu em dois processos no Supremo, o que lhe vale permanente ameaça de prisão, Cunha teve o mandato de deputado suspenso – e, por consequência, o afastamento da presidência da Câmara –, em decisão inédita e unânime de todos os ministros. Na época, repórteres indagaram a alguns deles se tomariam a mesma medida caso o presiden-

Cunha continua solto, mas seus passos estão sendo muito bem vigiados

te da Câmara fosse, por exemplo, Michel Temer, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) ou Aécio Neves (PSDB-MG), todos eles antecessores de Eduardo Cunha. A resposta foi um taxativo “não”.

Cunha continua solto, apesar dos pedidos de prisão contra ele feitos pelo procurador-geral da República. Mas seus passos estão sendo muito bem vigiados.

Tão bem vigiados, que o ministro Luís Roberto Barroso, ao negar habeas corpus impetrado por Cunha para ter livre trânsito na Câmara, respondeu

que o deputado suspenso das funções só pode ir lá para se defender no Conselho de Ética. Não pode circular pela Câmara nem se aproximar dos colegas parlamentares para abordá-los sobre qualquer assunto. Caso contrário, concluiu Barroso, estaria sendo desrespeitada a decisão da Corte que levou à suspensão do mandato.

Não poderia haver decisão pior para Cunha. Ele depende da conversa ao pé de ouvido para tentar convencer seus colegas a não votar a favor do processo de cassação de seu mandato por quebra de decoro parlamentar. De uma forma bem sutil, Barroso proibiu que Cunha faça aquilo que mais gosta, que é a conversa frente a frente, quando pode fazer uso de seus argumentos. Se a situação do deputado do PMDB já era difícil, visto que hoje há uma onda contrária a ele, agora se torna praticamente irreversível em relação à perda de mandato.

As doses amargas que o Supremo tem ministrado a Cunha não param por aí. Numa decisão tomada na quinta-feira, 23, à noite, o ministro Teori Zavascki manteve bloqueados todos os bens do deputado suspenso. Significa que a vida de ganância dele e de seus familiares, tão divulgada e tão comentada, ficou agora bem distante. A queda no padrão de vida continua ser um golpe muito duro em quem se acostumou com a bonança.

O remédio mais amargo imposto pelo STF a Eduardo Cunha, no entanto, foi a decisão da Corte de manter com o juiz Sérgio Moro – ou, na gíria do momento do Judiciário, “lá embaixo” – a ação contra a jornalista Cláudia Cruz, mulher do deputado, e o inquérito contra Danielle Dytz da Cunha Doctorovich, filha. A ação contra Cláudia trata de lavagem de dinheiro, por causa de contas secretas na Suíça. Moro, como se sabe, costuma decidir condenações rapidamente.

Cunha não está preso, como quis Janot. Mas o remédio amargo em forma de garrote que o STF vem lhe aplicando é praticamente igual à prisão.

JÃO DOMINGOS É JORNALISTA
E ESCREVE AOS SÁBADOS

25 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Quentão

Chegou até o STJ – que a derubou ontem – uma inédita ação do Ecad. A entidade queria cobrar direitos autorais de uma escola paulistana porque ela executou... músicas típicas das festas junina em encontro dos alunos.

26 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS AYRES BRITTO

‘Está no livrinho?’

O genial brasileiro Tobias Barreto (1838-1889) era contundente com os pseudointelectuais que “se achavam”, fa-lemos assim. Ia na jugular dos escritores que não se davam conta do mico em que habitualmente incidiam com suas análises e teorizações de fundo de quintal. Fruto de uma visão de mundo que não era senão a mais rasteira cumplicidade entre o provincianismo colonial brasileiro e os balofos privilégios da monarquia igualmente brasileira. Com o seu acabrunhante séquito de patriarcalismo, racismo, patrio-nialismo, compadrio, nepotismo, fisiologismo, autoritarismo, soberba, cartorialismo e o tão renitente quanto ilícito enriquecimento privado à custa do erário.

Donde o conhecido trocadilho do padre Antônio Vieira (1608-1697): “Os governadores chegam pobres às Índias ricas e retornam ricos das Índias pobres”.

Pois bem, Tobias sapecava em tais personagens o rótulo de “figuras caricatas”. Encarnação do “baixo cômico”. Retrato não muito distante do que hoje é apelidado, já na esfera política nacional, de baixo clero parlamentar. Que, no entanto, cresceu nas últimas eleições e tem influenciado o desempenho dos governantes centrais do País. Vale dizer, Legislativo e Executivo mais e mais se têm inclinado a confundir presidencialismo de coalizão programática (válido mecanismo de governabilidade por aproximação ideológica de forças) com presidencialismo de cooptação fisiológica

(espúrio mecanismo de governabilidade mercadológica ou pela troca de favores redutíveis a pecúnia e empoderamento pessoal). Visão equivocada de exercício do poder, porquanto cumulativamente antiética e distanciada da voz ideológica das urnas. Ambas as instâncias estatais a tomar gosto no ofício de apenas representar que representam o povo. Espécie de feudal aparelhamento do Estado para a *impudente festa* (diria o poeta Castro Alves) do loteamento de ministérios de “porteiros fechadas” e do abocanho individual-parlamentar de dotações orçamentárias. Este último adocicadamente chamado de “orçamento imperativo”, que outra majoritária destinação não costuma ter senão a de custear mal disfarçados quadros oficiosos de pessoal e organizações civis de questionável préstimo coletivo. Quando não “fantasmas”, no plano dos fatos.

É isso. É tal provinciana atmosfera mental de troca de favores pessoais e fidelização de viés partidário meramente utilitarista que habitua os agentes políticos do País a mal servir às respectivas instituições. Tanto quanto estas a desservir às respectivas finalidades. Modo de ser e de agir que tende a perpetuar um distorcido conceito social de governabili-

O modo mais inteligente de governar é seguir retilineamente a estrada da Constituição

dade. Duplamente distorcido, porquanto contrário à vontade objetiva da Constituição e indutor de uma subjetiva resignação do povo quanto à impos-

sibilidade popular de transformação das coisas. Donde a mais visível percepção de falta de unidade qualitativa na formação dos quadros ministeriais do Poder Executivo da União, nos últimos tempos, independentemente de quem esteja à testa desse Poder. Mais nítida percepção de que os governantes centrais do País tendem a enxergar mais os bastidores do seu entorno partidário do que o céu aberto da sociedade civil. Com o que se expõem ao gravíssimo risco de deixar de ser pontes para se tornarem muros perante essa mesma sociedade.

A saída, no entanto, é fácil. Basta cumprir a Constituição! Basta comparar com a letra e o espírito da Lei Maior do País (modo metafórico de se falar do sentido e do significado de cada norma constitucional) tudo o que se pretenda fazer como governante mesmo! Das nomeações de auxiliares à formação de bases partidárias. Do respeito à Lei Orçamentária Anual à Lei de Responsabilidade Fiscal. Das concretas políticas públicas às prioridades que para elas a Constituição mesma já estabelece, como sucede, por ilustração, com os setores do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da educação e da saúde pública. Da proibição do preconceito contra determinados segmentos sociais às ações afirmativas do direito a reparação dos danos historicamente sofridos por eles.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 JUN 2016

Da prossecução das políticas públicas de distribuição de renda aos economicamente débeis ao prestígio das instâncias estatais de cobrança de responsabilidades penais, civis e administrativas de quantos se encarreguem ou, então, ilícitamente se apropriem de bens, valores e dinheiros públicos. Sem jamais esquecer que toda a “ordem econômica” brasileira se lastreia em dois pilares constitucionais: a livre-iniciativa dos empresários e a valorização do trabalho humano (artigo 170). Trabalho de cujo “primado” a Constituição ainda dá conta como base da “Ordem Social” igualmente brasileira (artigo 193). Numa frase, basta otimizar em concreta funcionalidade poder e pudor, inclusão social e integração institucional ou comunitária. Tudo sob o império da mais ativada cidadania e plenitude da liberdade de expressão em sentido lato.

Uma comparação ainda me parece cabível. Assim como a mais inteligente forma de ser do indivíduo é trilhar sem nenhum desvio o caminho da honestidade, o modo mais inteligente de governar é seguir assim retilineamente a estrada da Constituição. O ser humano e todo governante a não temer jamais polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Receita Federal, imprensa, blogs, redes sociais, e por aí vai. Côncios do dever cumprido e em paz com o seu travesseiro. O chefe do Poder Executivo tendo apenas de se perguntar se tudo o que vier a fazer “está no livrinho” a que se referia o presidente Eurico Gaspar Dutra. Chefe de governo e de Estado que esteve como inquilino do Palácio do Catete entre 1946 e 1950.

●
JURISTA, FOI PRESIDENTE
DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL (STF) E DO TRIBUNAL
SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

26 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Governos sacam R\$ 17 bi de depósitos judiciais

Banco Central tenta impedir que Estados se apropriem de recursos de ações para pagar dívida e aposentadorias

BRASÍLIA

Se por um lado os governadores se queixam que as ações judiciais são um ingrediente adicional que dificulta a administração do caixa dos Estados, eles usam o mesmo caminho para referendar saques de R\$ 17 bilhões de depósitos judiciais. Até mesmo em ações de terceiros, que não têm o Estado como uma das partes.

De acordo com os números do Banco Central (BC), o estoque de depósitos judiciais beira R\$ 184 bilhões. A instituição tenta impedir, por meio do Supremo Tribunal Federal (STF), que governos estaduais se apropriem dos recursos de ações das quais os Estados não fazem parte para pagar parcelas da

dívida com a União, precatórios e aposentadorias de servidores.

Para o BC, as leis estaduais que autorizam o uso desse dinheiro, mesmo com o respaldo de decisões judiciais, afrontam a Constituição e avançam sobre o patrimônio alheio, entende a Procuradoria-Geral do BC.

O uso de parte desse fundo pelos governos é uma solução emergencial e temporária: em algum momento, esse dinheiro terá de ser devolvido para as contas administradas pela Justiça. Os depósitos judiciais são formados por recursos de governos, empresas ou pessoas físicas envolvidos em litígios que envolvem pagamentos, multas ou indenizações. Os recursos ficam sob a administração da Justiça até que haja uma decisão final sobre a legalidade do pagamento e seu montante.

O avanço dos Estados nos recursos desses depósitos, que acabam sendo contabilizados como receita, fragiliza o quadro fiscal dos Estados. A utilização desses recursos foi a saída en-

contrada por diversos governadores para compensar as perdas de arrecadação decorrentes da crise econômica. A preocupação do governo federal é que determinações como essas não levem em conta o fato de que as administrações estaduais precisarão ressarcir milhares de pessoas que têm dinheiro a receber quando ganharem as sentenças.

O temor do BC é que os Estados não tenham os recursos para honrar pagamentos aos credores e a responsabilidade seja transferida para os bancos públicos, fiéis depositários do dinheiro.

O acesso às verbas foi feito, em alguns casos, com a aprovação de leis nas assembleias legislativas – a legalidade dessas medidas sofreu contestação no STF. Em agosto de 2015, porém, houve aval federal para algumas das operações, com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei Complementar 151.

O autor da proposta que deu origem à lei foi o senador José Serra (PSDB-SP). A nova legislação permite que os Executivos estaduais e municipais usem até 70% dos depósitos judiciais e administrativos dos quais seus governos são parte da ação. /M.R.A. e A.F.

26 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Decisões judiciais levam Estados a 'pedaladas legais'

Arresto de recursos 'carimbados' faz com que governadores descumpram Lei de Responsabilidade Fiscal

Murilo Rodrigues Alves
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Além dos problemas com má gestão dos recursos e receitas em queda, os Estados enfrentam nos últimos tempos mais uma dificuldade para manobrar seus orçamentos: a interferência direta da Justiça. Com o sequestro cada vez mais comum de recursos "carimbados" para o pagamento de despesas como salários de servidores, os governadores acabam infringindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, as decisões também têm dificultado a obtenção de crédito bancário pelos Estados. Os bancos já estão mais rigorosos na liberação de financiamentos a esses governos por causa da insegurança jurídica - dinheiro que teria de ser destinado a um investimento específico, por exemplo, acaba sendo desviado para pagamento de despesas correntes.

O caso mais emblemático dessas "pedaladas legais" foi do Rio de Janeiro. A Justiça mandou bloquear, em abril, R\$ 649 milhões de quatro contas bancárias do Estado para pagar a aposentadoria de março de 137 mil servidores.

Um gerente do Banco do Brasil chegou a ser presa por não cumprir a decisão. O BB recorreu à Justiça, com o argumento de que o Estado não poderia usar os recursos do empréstimo destinado a programas sociais e obras para pagar empregados, uma despesa corrente.

Em nota, a Secretaria de Fazenda do Rio afirmou que os arrestos, somente em abril, ultrapassaram R\$ 760 milhões, o que comprometeu o pagamento para organismos internacionais, como a Agência Francesa de De-

• Questionamento

Segundo Estados, algumas ações pedem o pagamento de tratamentos sem respaldo científico ou até mesmo no exterior, mesmo se há similares no Brasil.

envolvimento (AFD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A previsão é que o Rio registre rombo de R\$ 7,3 bilhões em 2016.

"O mesmo Judiciário que nos obriga a pagar o salário dos servidores em dia, mesmo não tendo dinheiro para cumprir, é o que dá liminares ou então bloqueia nossos recursos, tirando do gestor a discricionariedade de atender a todos", diz o secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Giovani Feltes.

"É a escolha de Sofia. O gestor fica cada vez mais amarrado, sem poder fazer uma distribuição razoavelmente equânime. Somos obrigados a dar menos para a maioria por conta de decisões judiciais obrigando a privilegiar alguns", diz Feltes.

Estado em situação mais crítica, depois do Rio de Janeiro, que deu calote na dívida externa, o Rio Grande do Sul deve fechar as contas este ano com rombo estimado em R\$ 4,4 bilhões.

Os gestores estaduais temem comprar briga com juízes, mas já há quem defenda que, da mesma forma que se uniram para renegociar a dívida com a União, deveriam se mobilizar para abrir um canal mais franco para discutir o assunto.

"A Justiça precisa aprender que os recursos são carimbados. Na prática, essas decisões funcionam como uma espécie de DRU", disse José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. O especialista em finanças públicas faz referência à Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao Executivo gastar livremente uma parcela do orçamento.

Segundo ele, a interferência do Judiciário pode ser considerada um terceiro estágio de pedaladas. O primeiro foi burlar as despesas com pessoal e o segundo, atrasar pagamentos de benefícios aos bancos.

saúde. Os Estados também reclamam do que chamam de "judicialização da saúde". Por determinação da Justiça, as administrações são obrigadas a bancar tratamentos e remédios em casos específicos de pacientes que entram na Justiça.

O governo gaúcho diz que, por ano, só com ações judiciais que obrigam o pagamento de próteses, órteses e medicamentos, gasta R\$ 160 milhões. Outra situação que limita a capacidade de gestão sobre os recursos da saúde são liminares que obrigam o repasse para alguns municípios e hospitais em detrimento de outros. A cota mensal de repasse para a saúde é de R\$ 180 milhões, dos quais R\$ 42 milhões são destinados por ordem judicial a apenas alguns.

26 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Moro retoma inquéritos sobre ex-presidente

Juiz federal reativa investigações que envolvem Lula na Lava Jato e decreta sigilo de grampos

*Fausto Macedo
Ricardo Brandt
Julia Affonso*

Carlos Bumlai, estão em fase final, prontos para serem transformados em denúncia formal.

Os inquéritos e processos de busca e apreensão e quebra de sigilos que têm como alvo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua família foram reativados anteontem pelo juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Lava Jato na 1.ª instância, em Curitiba.

São frentes que apuram corrupção e lavagem de dinheiro na compra e reforma de um sítio em Atibaia (SP), nas negociações para a compra do triplex do Guarujá (SP), nos pagamentos para a LILS Palestras e Eventos e nas doações feitas para o Instituto Lula, entre outros.

O Supremo havia suspenso a tramitação das investigações em Curitiba, em liminar que acolheu pedido da defesa, que questionou a competência da força-tarefa em 1.ª instância de conduzir os casos.

Alguns dos inquéritos, como o da compra do Sítio Santa Bárbara, em 2010, e da reforma executada no imóvel pela Odebrecht, OAS e pelo pecuarista José

Sigilo. O juiz da Lava Jato determinou que os inquéritos devem “tramitar exclusivamente” entre o Ministério Público Federal e a autoridade policial e que “deverá ser observado o sigilo decretado pelo STF” sobre a interceptação telefônica que monitorou conversas de Lula.

Ou seja, os grampos, muitos já divulgados, ficam agora formalmente sob sigilo.

Nessas interceptações foi capturada uma conversa do ex-presidente com a presidente afastada Dilma Rousseff, um dia antes de Lula ser nomeado por ela ministro da Casa Civil.

O grampo foi invalidado como prova por decisão do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo. “Ressalvase, por óbvio, o diálogo datado de 16 de março de 2016, entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Exma. Presidente da República Dilma Rousseff, atualmente afastada, já que invalidado”, reforçou Moro.

O Instituto Lula e os advogados do petista têm reiterado que ele nunca praticou ato ilícito. O instituto e a defesa reafirmam que o triplex no Guarujá e o sítio em Atibaia não pertencem a Lula. Os valores recebidos pela LILS, segundo a defesa, são relativos a palestras realizadas pelo ex-presidente.

● Ricardo Pessoa

O juiz Sérgio Moro condenou anteontem o empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, a 8 anos de prisão por corrupção e organização criminosa.

CONTINUA

26 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

FRENTES DE APURAÇÃO

NA 1ª INSTÂNCIA

O ministro Teori Zavascki, do Supremo, determinou o envio a Curitiba dos processos nos quais o ex-presidente Lula é investigado na Lava Jato

Os que os inquiridos apuram

- Se um sítio em Atibaia e um triplex no Guarujá pertencem ao petista. A suspeita é de que os imóveis tenham relação com vantagens indevidas pagas por empreiteiras investigadas

- Pagamentos de empreiteiras à empresa de palestras do petista e doações ao Instituto Lula

Denúncia

- Lula é acusado pela Procuradoria de tentar obstruir a Lava Jato. Teori enviou esta denúncia para a Justiça de Brasília

NO SUPREMO

Lula é alvo de dois pedidos de investigação feitos pela Procuradoria perante a Corte. Esses requerimentos permanecem no Supremo porque envolvem autoridades com foro

O que diz a Procuradoria

- O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu autorização para investigar Lula, a presidente afastada Dilma Rousseff e o ex-advogado-geral da União José Eduardo Cardozo, por obstrução à Justiça. A suspeita é de que eles tentaram atrapalhar a Operação Lava Jato

- Janot ainda pediu ao Supremo a inclusão de Lula no "inquirido-mãe" da Lava Jato, que já tem 39 investigados e apura formação de quadrilha

NA PROMOTORIA PAULISTA

O Ministério Público de São Paulo denunciou o petista e pediu a sua prisão preventiva

O que diz a denúncia

- A Promotoria paulista denunciou o petista pelos crimes de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica por suspeita de ocultação da propriedade do triplex no Guarujá. O imóvel, segundo investigações, pertenceria a Lula

Tramitação

- Após o envio do caso ao Supremo, o ministro Teori Zavascki encaminhou a denúncia para o juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, para que ele decida se aceita a denúncia da Promotoria paulista contra o ex-presidente e se manda prender o petista

26 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Sórdida trama petista



Já não há quem se surpreenda com a prisão de mais um figurão do PT, ex-ministro de Lula e de Dilma, por envolvimento em corrupção. A acusação que pesa sobre Paulo Bernardo e seus cúmplices, no entanto, é excepcionalmente grave não pelo fato de tratar-se de mais uma velhacaria urdida com o objetivo de alimentar o propinoduto que durante tantos anos financiou o lulopetismo, mas porque a natureza dessa trama criminosa é particularmente perversa do ponto de vista social: obrigava funcionários públicos de baixa renda – os principais usuários do crédito consignado – a contribuir compulsoriamente para abastecer os cofres do PT e recheiar o bolso de espertalhões como o ex-ministro do Planejamento e também das Comunicações. A Operação Custo Brasil, congênere da Lava Jato, desvela assim mais uma sórdida trama do peculiar modo lulopetista de promover a defesa dos interesses dos trabalhadores.

O esquema armado pelos sequazes de Paulo Bernardo para roubar mais de R\$ 100 milhões dos funcionários públicos revela uma criatividade e eficiência que o PT jamais conseguiu demonstrar para administrar ou impedir a crise econômica em que afundou o País. De acordo com a Polícia Federal (PF), sem nenhuma necessidade ou função senão a de armar o propinoduto, uma empresa-companheira, a Consist Software, foi contratada pelo Ministério do Planejamento, mediante licitação dirigida, para gerenciar os empréstimos consignados aos servidores públicos. Para isso cobrava uma taxa de cerca de R\$ 1,00, debitada mensalmente na folha de pagamento do tomador do crédito, independentemente do valor do empréstimo. A Consist ficava com menos de um terço desse valor, como pagamento pelo serviço prestado. O restante virava propina, a maior parte cabendo ao PT, de acordo com distribuição que era feita pelo então tesoureiro do partido, hoje encarcerado, João Vaccari Neto. Para Paulo

Bernardo cabia uma comissão que era inicialmente de quase 10% e com o tempo foi sendo reduzida.

Surpreendidos pela forte repercussão que a Operação Custo Brasil teve desde logo na mídia e nos círculos políticos, com a desfaçatez habitual os petistas partiram imediatamente para a ofensiva alegando, como vociferou o senador Lindbergh Farias, que a prisão de Paulo Bernardo teve “evidente motivação política”, destinada a desviar a atenção dos problemas que o governo interino está enfrentando pelo fato de em menos de um mês três ministros de Michel Temer terem sido demitidos. Ora, ao longo dos dois anos e dois meses até agora decorridos desde o início de suas operações, a Lava Jato jamais precisou de “motivação política” para levar uma legião de petistas e políticos de outros partidos à barra dos tribunais. A “motivação” da prisão de Paulo Bernardo foi exatamente a mesma que obrigou os três ministros do PMDB a deixarem os cargos: bem fundamentadas suspeitas de corrupção.

Alegam também os petistas, eternas vítimas de um sistema injusto que, não obstante, os manteve por mais de 13 anos no poder, que o juiz que autorizou a operação abusou de seus poderes, usurpando prerrogativas da Suprema Corte ao invadir o apartamento de Paulo Bernardo em Brasília, que na verdade é propriedade do Senado Federal, cedido à mulher do investigado, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). De acordo com esse ponto de vista, Paulo Bernardo não tem foro privilegiado, mas a senadora, que é sua mulher, tem. Para agir, portanto, a PF teria que ter sido autorizada pelo STF.

O argumento de abuso de autoridade – que instrui uma representação que o presidente do Senado, Renan Calheiros, se apressou a apresentar ao STF – pode até ter procedência, embora cada caso deva ser considerado sempre com a cautela necessária para evitar, por exemplo, que o foro privilegiado de cônjuges se torne o confortável refúgio de meliantes e também para se evitar que apartamentamento funcional receba tratamento

privilegiado, que deve ser atribuído a uma pessoa que recebe múnus de autoridade, e não a um imóvel. De qualquer modo, essa é uma decisão que cabe à Suprema Corte tomar.

De resto, abuso de verdade, e claramente criminoso, é o que comete quem não tem o menor escrúpulo para, em nome de interesses políticos e da ganância pessoal, meter a mão no bolso de cidadãos indefesos.

25 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Simpósio de Direito Eleitoral

Nas próximas terça e quarta-feira, a Subseção de Londrina realiza o I Simpósio Desafios e Perspectivas das Eleições 2016, organizado pela Comissão de Direito Eleitoral. A abertura do evento será na terça-feira, 19 horas. Será cobrada taxa de R\$ 10 para quem optar por receber o certificado. Os interessados devem fazer uma inscrição prévia pelo e-mail eleitoral.oablondrina@hotmail.com. As inscrições serão efetivadas durante o credenciamento, que ocorrerá uma hora antes da abertura do evento, na sede da OAB-Londrina. Os organizadores pedem a entrega de um quilo de alimento não perecível aos participantes.

25 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Teori manda denúncia contra Lula para Justiça de Brasília

Gustavo Aguiar e
Isadora Peron
Agência Estado

Brasília – Contrariando pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu enviar para a Justiça de Brasília a denúncia contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por suposta participação na tentativa de impedir a colaboração premiada do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

Na peça, Teori sustenta que o caso não tem conexão direta com a Lava Jato e, por isso, não precisaria ser enviado para a 13ª Vara Federal de Curitiba. Janot queria que o caso ficasse sob os cuidados do juiz Sérgio Moro.

“Tais fatos não possuem relação de pertinência imediata com as demais investigações relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras. Na verdade, dizem respeito à suposta prática de atos, pelos investigados, com a finalidade de impedir e de aviltar a colaboração premiada entre Nestor Cerveró e o Ministério Público”, afirma Teori.

O ministro justifica a decisão apontando que além de os fatos terem ocorrido em Brasília, “há outros motivos que militam pela fixação da competência para processar e julgar esta causa na Seção Judiciária do Distrito Federal”, como o fato de a delação de Cerveró tramitar no Supremo.

Na denúncia contra o ex-presidente Lula apresentada ao STF no início de maio, Janot afirma que o ex-presidente teve “papel central” na trama para tentar comprar o silêncio de Cerveró e tentar “embaraçar” as investigações da Operação Lava Jato.

O caso veio à tona com a prisão do então senador Delcídio Amaral, em novembro do ano passado. Em uma gravação feita pelo filho de Cerveró, Delcídio aparece oferecendo dinheiro e a possibilidade de uma fuga para fora do País para que o ex-diretor da Petrobras não contasse o que sabia ao Ministério Público.

Teori decidiu enviar o caso à primeira instância porque Delcídio perdeu o foro privilegiado após ter o mandato cassado pelo Senado. A decisão atendeu a um pedido da defesa de André Esteves.

25 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Para procurador, busca foi legal

Das agências

São Paulo - O Ministério Público Federal (MPF) rechaçou ontem a ofensiva de políticos que se solidarizaram à senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e criticaram as buscas da Operação Custo Brasil no apartamento funcional da petista, em Brasília - o alvo da missão foi o marido de Gleisi, o ex-ministro do Planejamento e Comunicações Paulo Bernardo (Governos Lula e Dilma), preso ontem em Brasília.

“Ele (Bernardo) não detém foro por função, não tem cargo político, portanto a medida (buscas) recaiu exclusivamente sobre ele e sobre documentos pertinentes a ele apenas”, declarou o procurador da República Rodrigo de Grandis, que integra a força-tarefa da Custo Brasil.

O procurador anotou que a senadora é investigada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) em outro caso que, portanto, “escapa da competência do juízo de São Paulo”. “Ou seja, se cumpriu de forma clara a Constituição e a lei”.

REPERCUSSÃO

O Senado protocolou ontem reclamação no STF contra o juiz de primeira instância Paulo Bueno de Azevedo, da 6.ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que autorizou a prisão do ex-ministro e a realização de busca e apreensão no apartamento de Gleisi. Alguns senadores, da oposição

e até da base do governo Temer, criticaram o que consideraram excessos da operação Custo Brasil.

Até mesmo o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), classificou como “abuso” o fato de um juiz de primeiro grau ter autorizado as medidas. “Só quem poderia autorizar essa ação é o Supremo”.

Um dos que considerou a operação legal foi o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), líder do governo Temer na Casa. “A imunidade é da senadora e não se comunica ao marido nem ao local em que eles vivem”.

AUDIÊNCIA

Ontem, advogados de Paulo Bernardo apresentaram a defesa técnica do ex-ministro em audiência de custódia. Em nota, o escritório de advocacia disse ter demonstrado “a completa desnecessidade da medida extrema” e que “foi comprovado que não houve qualquer repasse de valores financeiros a Paulo Bernardo por parte de qualquer um dos investigados”.

Apesar disso, o juiz federal manteve a prisão preventiva e “adiantou que reavaliará o seu posicionamento após a oitiva do Sr. Guilherme Gonçalves, que deve ocorrer na segunda-feira”. Gonçalves é advogado de Gleisi e Bernardo e teve a prisão decretada. Como estava em viagem internacional, não foi detido.

26 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA
DINHEIRO PÚBLICO

Combate à corrupção passa por melhorar controle

Para pesquisadora, punição de gestores corruptos
não é suficiente para acabar com o problema



Rita de Cássia Biason, professora do Departamento de
Educação e Políticas Públicas da Unesp de Franca

“

*Esse monitoramento tem que ser
feito em todas as esferas, em obras,
em gastos públicos, em tudo”*

CONTINUA

Edson Ferreira
Reportagem Local

Mais importante do que punir os criminosos que desviam recursos públicos é reforçar os mecanismos de controle das instituições estatais e daquelas que desempenham atividades financiadas pelo erário. Esta é a avaliação da professora do Departamento de Educação e Políticas Públicas da Unesp de Franca (SP), Rita de Cássia Biason. Segundo ela, “nós creditamos um peso enorme à punição, achamos que resolve, mas não é assim, ou não haveria ladrão reincidente”. E a Operação Lava Jato, que já supera a 30ª fase, aponta, mostrou como a corrupção é parte da engrenagem administrativa do País.

Em entrevista à FOLHA, Rita aponta sinais promissores no combate às irregularidades, especialmente com a sistematização de novos canais de transparência na União, estados e municípios. Pesquisadora e criadora de um banco de dados virtual sobre o histórico da corrupção nacional (www.cepcorruptao.com.br), a professora avalia que a sociedade tem a sensação de que “estamos explodindo em corrupção” em razão da sua própria atuação, intensificando a cobrança sobre os gestores.

Qual é o foco da sua pesquisa sobre a corrupção brasileira?

Eu tenho estudado os mecanismos de controle da corrupção, que são todos aqueles instrumentos que o País apresenta para monitorar e prevenir. Em torno desse eixo, prevenção, monitoramento e punição, é que se desenvolvem os nossos estudos. No Brasil, nós temos a implantação desses mecanismos a partir de 1988,

quando houve uma preocupação maior. Nos anos 90 ganha impulso por conta das próprias diretrizes que o Banco Mundial impôs aos países que estavam começando a construir uma fase de democracia, em transição. É um pouco em torno disso que nós olhamos.

Então os mecanismos que temos hoje para tentar controlar o serviço público e evitar a corrupção surgiram com a redemocratização?

No caso brasileiro, alguns já existiam. Se nós pensarmos no Código Eleitoral, é anterior; o Código Penal, que criminaliza a corrupção ativa, passiva e o peculato, é de 1940. Então, já havia os dispositivos que tinham preocupação com a corrupção em geral. O que vai ser novidade é a preocupação acerca da transparência, da prestação de contas, do bom uso do recurso público, é isso que vai mudando nos anos de 1990, 2000, 2010, vai ganhando notoriedade e agora e a sensação é que estamos explodindo em corrupção.

É comum ouvirmos comparações afirmando que na ditadura havia menos corrupção do que hoje em dia. Isso ocorre porque temos mais mecanismos que evidenciam as irregularidades?

É difícil mensurar e comparar, porque o que temos como parâmetro é um período fechado, de ditadura. Então, você tem mais corrupção em relação a que, a qual período, de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek? Nos não temos uma linearidade de democracia desde 1930, portanto fica difícil dizer. Acabou de sair um estudo de um professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo título é “Estranhas Catedrais”, que fala sobre a força das empreiteiras junto ao governo militar. Elas

são vistas hoje bem próximas ao poder público, mas isso não é de agora. O regime militar precisava de obras e não tinha quem as fizesse. O que posso lhe pontuar é que nós estamos cada vez mais preocupados em cobrar do poder público o bom uso dos recursos.

É possível dizer qual é a origem da corrupção?

A origem está sempre na falha dos mecanismos ou do monitoramento e controle. Quando se fala em corrupção, existe um tripé: instrumentos de prevenção, código de ética dos funcionários da administração pública, que é uma prevenção, onde fica definido tudo o que pode e não pode ser feito. Em outro esquema, temos a punição, o conjunto de leis que diz o seguinte: esse agente político, eleito ou não, violou a regra e vai ser criminalizado. Você tem esses dois extremos. Mas temos ainda algo intermediário, que é o monitoramento, quando você tem um determinado servidor signatário, ciente do código de ética, mas você tem que monitorar, por exemplo, o enriquecimento dele. Tem que olhar todos os anos, como é feito em várias esferas públicas, para que ele entregue a declaração do imposto de renda, para que se possa comprovar se houve ou não um enriquecimento em conformidade com os ganhos dele. Esse monitoramento tem que ser feito em todas as esferas, em obras, em gastos públicos, em tudo. Esta é a maior fragilidade no Brasil, hoje, pois não temos esse acompanhamento sistemático. Pegando no âmbito federal, temos o Tribunal de Contas da União, que somente nos últimos dez anos começou desenvolver mais o seu trabalho e ser mais presente na rejeição de contas públicas. Nesse monitoramento é onde o Brasil falha.

CONTINUA

Por exemplo, nas licitações tem algumas coisas que todo mundo sabe que é um indicativo de fraudes e superfaturamento, como os aditivos. Você começa uma obra e no meio é feito um aditivo porque se encontrou não sei o quê. Esse aditivo, até o pregoeiro menos informado sabe que é um problema, entretanto, eles continuam sendo feitos até quando exista uma denúncia no Ministério Público, mas aí já foi. Nesta situação não dá para achar que condenando os políticos você vai inibir a corrupção. Isso não é o mais importante. Nós creditamos um peso enorme à punição, achamos que resolve, mas não é assim, ou não haveria ladrão recorrente.

E como a ingerência política em órgãos de controle interfere nesse controle?

A pior situação ocorre nos Tribunais de Contas estaduais, onde o perfil mostra o predomínio de políticos que não conseguiram se eleger e que pertencem ao partido do governador. Não têm o perfil técnico daqueles funcionários de carreira do tribunal. Desta forma, em última instância, a decisão passa a ser política, de conselheiros atrelados a algum governador. É um problema a ser superado para melhorar o aparato de controle.

A senhora disse que houve avanços no combate à corrupção. Quais são os exemplos positivos de controle?

Podemos citar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tem melhorado muito. Nos últimos dez anos ele tem grande avanço nisso que eu chamo de monitoramento e um indicativo disso é o fato de ter dado publicidade às informações sobre o financiamento de campanhas. Como os políticos são obrigados a fazer as prestações de contas,

os dados são disponibilizados pelo TSE, mostrando quanto cada um arrecadou e gastou, oficialmente. Isso permite que você investigue aquilo que é officioso.

Em recente denúncia criminal, o Ministério Público do Paraná descreveu o auditor fiscal e principal delator da Operação Publicano, Luiz Antonio de Souza, como tendo um "comportamento delitivo contumaz". Como controlar elementos assim no interior das instituições?

Ele é servidor público, então por que não foi feita uma sindicância para expulsá-lo do serviço público? Eu já vi sindicâncias por muito menos expulsarem os funcionários. É uma investigação capaz de identificar os problemas, tem prazo definido e após o resultado o servidor pode perder todos os benefícios. Temos que registrar, também, que na esfera pública tem muita operação abafa. A pior corrupção é essa que a Lava Jato revelou. É uma corrupção institucional e é sobre esse tipo de irregularidade que os mecanismos têm que incidir, porque ela está ali arraigada, criou um padrão de administração onde ela é a própria estrutura administrativa. Há um indicativo de que a corrupção investigada pela Lava Jato já possuía uma estrutura onde qualquer um que entrasse teria que participar, pelo menos a gente percebe isso pelo que se vê na mídia.

Entra aqui aquela situação onde o cidadão diz que não vai participar da política porque não quer fazer parte da corrupção?

Nessa questão há um lado bom. Você pode entender que temos muitas pessoas que não querem compactuar com esse tipo de coisa. É louvável alguém falar isso.

Mas assim deixaremos de ter bons gestores, boas pessoas na vida pública...

Nós podemos ter pessoas boas ou pessoas más, mas a questão é como nós vamos controlar. O que é mais importante para isso é quanto mais transparência, maior o controle. Estamos avançando nessa questão. Não sei se é possível afirmar que existe mais corrupção, mas há mais transparência, que permite maior investigação.

Apesar disso, a população é tímida na hora de buscar informações, com base na Lei de Acesso à Informação.

Quem tem que buscar acesso por meio da lei são os formadores de opinião, como imprensa, ONGs, grupos de pressão, esses grupos terão que transmitir isso para o cidadão de alguma maneira. O cidadão busca muito, por exemplo, em relação à Previdência, ou seja aquilo que o afeta diretamente. Porque aquilo que não o afeta diretamente, como os gastos da prefeitura, quem tem que fazer esse papel são os meios de comunicação e os que citei. Não podemos imaginar que o cidadão vai pedir informações sobre atividades do seu prefeito, porque acaba se diluindo muito. Agora é bom destacar que a lei tem funcionado sim e muito bem.

27 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Advogado paranaense se entrega em SP

Agência Estado

São Paulo - O advogado paranaense Guilherme Gonçalves, último procurado da Operação Custo Brasil, se entregou ontem à Polícia Federal em São Paulo. Apontado pelas investigações como repassador de propinas do esquema envolvendo a empresa de informática Consist ao ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, Gonçalves chegou ontem de Lisboa no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

A pedido da PF, o advogado estava sob monitoramento da polícia portuguesa desde quinta-feira, dia da operação.

Gonçalves foi submetido a exames no Instituto Médico-Legal e, depois, levado à custódia da Superintendência Regional da PF, na zona oeste, onde estão outros alvos da Custo Brasil, entre eles Paulo Bernardo, preso na quinta-feira.

O advogado disse que estava na Europa "a passeio". Ele teve a prisão decretada pelo juiz Paulo Bueno de Azevedo, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Ao saber, em Lisboa, que era alvo da operação, Gonçalves anunciou, por meio de sua defesa, que se apresentaria.

Em agosto de 2015, o advogado, com escritório em Curitiba, foi alvo de buscas durante etapa da Lava Jato. PF e Procuradoria da República suspeitam que o escritório era usado para repasse de propina a Bernardo e custeava despesas eleitorais da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), mulher do ex-ministro.

Os recursos teriam saído do "esquema Consist", empresa que fechou acordo em 2010 com entidades contratadas pelo Ministério do Planejamento, na gestão Paulo Bernardo, para gerenciar empréstimos consignados. A investigação aponta desvio de R\$ 100 milhões.

Gonçalves já negou ter ligação com a fraude dos consignados. Ele deve ser ouvido amanhã em audiência na Justiça Federal em São Paulo.

27 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Temer cancela visita que faria a Curitiba

O presidente interino Michel Temer (PMDB) cancelou a visita que faria amanhã a Curitiba, para participar da inauguração da Casa da Mulher Brasileira.

A informação partiu da Prefeitura de Curitiba, mas não foi confirmada oficialmente pelo Palácio do Planalto. No entanto, Temer ainda não cancelou a visita a Ortigueira, na região central do Paraná, onde deve participar da inauguração de uma unidade da fábrica Klabin.

Não foi informado o motivo do cancelamento, mas extraoficialmente Temer estaria preocupado com a possibilidade de enfrentar manifestações contrárias ao seu governo. O grupo CWB contra Temer informou em sua página no Facebook que fará uma manifestação amanhã contra o presidente interino, em frente à Casa da Mulher Brasileira. Mais de 1.300 pessoas confirmaram presença nesse protesto pelo Facebook. ●

27 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Governo do Paraná paga em dia salário dos servidores

O funcionalismo recebeu reposição integral da inflação no reajuste

Apesar da crise econômica nacional, que deixa estados e municípios brasileiros em situação falimentar, o Governo do Paraná consegue reajustar o salário dos servidores e pagar rigorosamente em dia a folha de pessoal. Nesta semana, será depositado o salário referente ao mês de junho. O montante chega a mais de R\$ 1,6 bilhão para os 305 mil cargos ativos, para aposentados e pensionistas. A injeção deste volume de recursos se reflete positivamente nos setores do comércio e serviços.

Além do pagamento em dia, o Governo do Paraná foi um dos poucos que concedeu reposição integral da inflação no reajuste dos vencimentos do funcionalismo. O re-



Beto Richa, "estamos cumprindo com o nosso dever"

ajuste foi de 10,67% para servidores ativos e inativos e pensionistas do Poder Executivo. Em 2015, o governo ainda antecipou o pagamento do décimo terceiro salário. "Estamos

cumprindo com o nosso dever. Mas é importante lembrar que a crise econômica nacional atingiu tal gravidade que muitos estados atrasaram o pagamento dos salários

e alguns ainda nem concluíram o pagamento do 13º", afirma o governador Beto Richa.

Comparativo

O pagamento em dia e os reajustes não ocorrem em estados maiores ou aqueles de mesmo porte do Paraná, que no último ano conquistou o posto de quarta economia brasileira. O Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, pelo quinto mês consecutivo irá parcelar os salários dos servidores de várias categorias que ganham acima de R\$ 3,5 mil. Hoje como quinta economia brasileira, o governo gaúcho sequer repôs a inflação nos salários dos seus funcionários. O valor líquido da folha salarial do RS é de R\$ 1,181 bilhão. ●

27 JUN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

LULA E DELCÍDIO

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou para a Justiça Federal no Distrito Federal um inquérito em que o ex-presidente Lula e o ex-senador Delcídio do Amaral são acusados de tentar impedir o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró de assinar acordo de delação premiada na Operação Lava Jato. Zavascki entendeu que o processo deve ser remetido para Brasília porque a suposta tentativa de embaraçar as investigações ocorreu na capital federal.

MAIS UMA CONDENAÇÃO

O juiz federal Sérgio Moro condenou o empresário Ricardo Pessoa, um dos delatores da Operação Lava Jato, a oito anos e dois meses de prisão pelos crimes de corrupção e de pertinência à organização criminosa. Apesar da condenação, Pessoa não cumprirá a pena em função dos benefícios do acordo. Ele já cumpre prisão domiciliar. Na denúncia, o Ministério Público Federal (MPF) relatou que a empreiteira UTC, chefiada por Pessoa, pagou cerca de R\$ 38 milhões a ex-diretores em contratos obtidos com a estatal.

SEM SIGILO

O presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a quebra de seu sigilo telefônico e o do senador Edison Lobão, investigado pela Operação Lava Jato. A petição foi apresentada no processo em que ele é acusado de pressionar o empresário Julio Camargo para retomar o pagamento de propina a Cunha. O carioca diz que a quebra do sigilo poderá comprovar que Camargo mentiu em seus depoimentos de delação premiada.

TRIBUNA DO PARANÁ

ADVOGADO

O advogado Guilherme Gonçalves, último procurado da Operação Custo Brasil, se entregou ontem à Polícia Federal em São Paulo. Apontado pelas investigações como repassador de propinas do esquema envolvendo a empresa de informática Consist ao ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo, Gonçalves chegou ontem de Lisboa no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. A pedido da PF, o advogado estava sob monitoramento da polícia portuguesa desde quinta-feira, dia da operação. Gonçalves foi submetido a exames no Instituto Médico Legal e, depois, levado à custódia da Superintendência Regional da PF, na zona oeste, onde estão outros alvos da Custo Brasil, entre eles Paulo Bernardo, preso na quinta-feira. (AE)

BEM PARANÁ

Anulação

O Senado pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para anular os mandados de busca e apreensão cumpridos no apartamento de Gleisi. Na petição, a advogada do Senado sustentou que o juízo da 6ª Vara Federal de São Paulo, responsável pela operação, não poderia ter determinado o cumprimento dos

mandados na residência funcional da senadora, por se tratar de uma extensão das dependências do Senado, cuja atribuição seria da Corte Suprema. Para a Casa, Gleisi foi vítima de uma atuação ilegal.